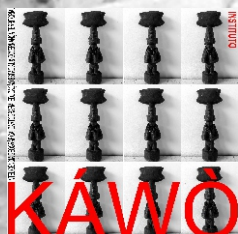


PERIÓDICO ELETRÔNICO

GEOBAOBÁS

MONITORAMENTO DA ESPACIALIDADE ÉTNICO-RACIAL DE MATRIZ AFROINDÍGENA EM BELÉM – PARÁ. 1872 – 2022



GEOBAOBÁS

PERIÓDICO
ELETRÔNICO



PERIÓDICO ELETRÔNICO - GEOBAOBÁS
VOLUME 8. NÚMERO 01 (2024)
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL
ISSN - 2595-7988



RELATÓRIO DE PESQUISA: MONITORAMENTO DA ESPACIALIDADE ÉTNICO-RACIAL DE MATRIZ AFROINDÍGENA EM BELÉM – PARÁ. 1872 – 2022

Autores:

Prof. Msc. Marcos Menezes

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

PARCERIA:
PROJETO GEOAFRO
SIEAFRO
PPGGEA/UnB
BRASÍLIA - 2024
GRUPO DE PESQUISA GEOAFRO



Foto: Prof. Rafael Sanzio dos Anjos. Detalhe da tambores tradicionais em Aneho – Togo. 2023.

APRESENTAÇÃO

Planejar e concretizar as demandas e atividades do **Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação, Cartografia & Ordenamento do Território (Projeto GEOAFRO)**, tem sido um permanente desafio acadêmico e junto aos distintos seguimentos envolvidos. Neste sentido, cada produto realizado é uma oportunidade para fortalecer os objetivos propostos e agregar parcerias e um maior alcance no setor decisório e junto a sociedade civil. O Periódico GEOBAOBÁS, colocada no ciberespaço nesta oportunidade, é mais um produto de uma pesquisa em andamento de doutoramento, mas que já apresenta resultados de grande relevância. Um abraço grande a todos e todas!

Brasília-Brasil, outubro, 2025

PRESENTATION

Planning and implementing the demands and activities of the Afro-Brazilian Geography Project: Education, Cartography & Spatial Planning (GEOAFRO Project) has been a constant challenge for academics and for the various sectors involved. In this sense, each completed product is an opportunity to strengthen the proposed objectives and build partnerships and greater reach within the decision-making sector and civil society. The GEOBAOBÁS Journal, launched online on this occasion, is yet another product of ongoing doctoral research, but one that is already yielding highly relevant results.

Brasília- Brazil, October 2025



MONITORAMENTO DA ESPACIALIDADE ÉTNICO-RACIAL DE MATRIZ AFROINDÍGENA EM BELÉM – PARÁ. 1872 – 2022

Geog. Marco Antonio Lopes Menezes

Doutorando em Geografia – UnB \ Prof. SEDUC-AM \ Membro Grupo Pesquisa

GEOAFRO-CNPQ Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Prof. Titular UnB \ Pesquisador MCTI-CNPQ \ Foudier Projeto GEOAFRO \ CEO Instituto Káwò

Resumo: Referente ao contexto ainda excludente da geopolítica secular do Estado brasileiro, que tem negligenciado as influências e participações das matrizes afro-indígenas na evolução do conjunto urbano e na constituição majoritária de sua população, o *paper* tem como objetivo principal analisar a formação territorial histórica de Belém do Pará, a partir do monitoramento das espacialidades étnico-raciais com base nos dados dos Censos do IBGE de 1872 a 2022. A metodologia proposta envolve revisão bibliográfica e a construção de uma cartografia afroindígena que busca representar, a partir de uma perspectiva inclusiva, a distribuição destes grupos étnicos, historicamente marginalizados e/ou invisibilizados nas representações cartográficas. Com esta perspectiva o estudo preconiza reconhecer espacialmente as matrizes afro-indígenas do conjunto urbano de Belém - PA, contribuindo para uma compreensão mais eficaz da importância dessas referências na formação territorial, cultural, social e econômica no espaço geográfico amazônico, assim como, servir de suporte para ações governamentais nas esferas municipal, regional e estadual. O estudo constatou: 1) A análise censitária de 150 anos revela um padrão persistente de exclusão, com a população branca ocupando o centro valorizado e as populações afroindígenas sendo progressivamente pressionadas para periferias e áreas de baixada; 2) os rios e igarapés, outrora rotas de fuga para quilombos, hoje canalizados consolidaram-se como eixos de exclusão racial na metrópole contemporânea; 3) A negação da presença afroindígena na Amazônia brasileira é identificada como um projeto intencional de apagamento histórico, que naturaliza a marginalização e desvaloriza suas contribuições fundamentais; 4) A cartografia afroindígena revela-se uma ferramenta crucial de descolonização, expondo a centralidade da população indígena e negra na formação urbana e desconstrói o mito da "Amazônia sem negros".

Palavras-chave: Monitoramento afroindígena, Geografia étnico-racial, Belém de matriz africana, Amazônia afroindígena.

Abstract: Given the still exclusionary context of the Brazilian state's secular geopolitics, which has neglected the influences and participation of Afro-Indigenous matrices in the evolution of the urban complex and the majority constitution of its population, this paper aims to analyze the historical territorial formation of Belém, Pará, based on spatial monitoring using data from the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) ethnic-racial census from 1872 to 2022. The proposed methodology involves a bibliographic review and the construction of an Afro-Indigenous cartography that seeks to represent, from an inclusive perspective, the distribution of these ethnic groups,

historically marginalized and/or invisible in cartographic representations. From this perspective, the study advocates spatially recognizing the Afro-Indigenous matrices of the urban complex of Belém, Pará, contributing to a more effective understanding of the importance of these references in the territorial, cultural, social, and economic formation of the Amazonian geographic space, as well as serving as support for government actions at the municipal, regional, and state levels. The study found: 1) The 150-year census analysis reveals a persistent pattern of exclusion, with the white population occupying the valued center and Afro-Indigenous populations being progressively pushed to the peripheries and lowland areas; 2) Rivers and streams, once escape routes for quilombos, now channeled, have consolidated themselves as axes of racial exclusion in the contemporary metropolis; 3) The denial of the Afro-Indigenous presence in the Brazilian Amazon is identified as an intentional project of historical erasure, which naturalizes marginalization and devalues their fundamental contributions; 4) Afro-Indigenous cartography proves to be a crucial tool for decolonization, exposing the centrality of the Indigenous and Black population in urban formation and deconstructing the myth of an "Amazon without Blacks."

Keywords: Afro-Indigenous monitoring, Ethno-racial geography, Belém of African descent, Afro-Indigenous Amazon.

INTRODUÇÃO

O território brasileiro é caracterizado por apresentar, ao longo de seus mais de cinco séculos, grandes desigualdades socioespaciais, ligadas não somente a fatores envolvendo as forças produtivas e as relações de produção em termos de custos e preços, do valor dos produtos e do dinheiro, de consumo e de renda, como bem apontou Santos (1996), mas também à questão étnico-racial.

Uma das noções basilares da ciência geográfica é a da espacialidade, que pode ser traduzida pela disposição e distribuição de objetos e ações no espaço geográfico. A partir dela, pode-se investigar como as diversas sociedades constroem, organizam e reorganizam o território através dos fluxos demográficos, de mercadorias, de informações e dos conflitos territoriais.

Portanto, a espacialidade não pode ser entendida como um espaço físico e muito menos estático; ela é permeada por transformações históricas, econômicas, culturais e políticas. Assim, Anjos (2022) aponta a importância de refletir acerca da espacialidade da exclusão e do conflito secular do Brasil, por meio das representações e interpretações do território brasileiro e do reconhecimento das populações invisibilizadas.

Nesse sentido, esse geógrafo propõe caracterizar e interpretar espacialmente as estruturas existentes na formação territorial do país e de seu povo diverso, tendo como referência os aspectos geográficos da herança africana manifestados no território. Analisar a espacialidade do território brasileiro é também reconhecer a diversidade étnico-racial do povo brasileiro, na qual a grande maioria da população é descendente de matriz africana e indígena, mas que ainda continua invisibilizada.

Os últimos censos demográficos do IBGE revelaram que o Brasil se tornou um país majoritariamente pardo, o que, para Anjos (2014), é uma classificação baseada na “cor da pele”, cuja referência identitária é indefinida e de contexto pejorativo na sociedade, refletindo no congelamento das populações mensuradas como “pretas” e, no contexto amazônico, também das populações de matriz indígena, o que denota a necessidade da elaboração de pesquisas que almejem um maior cuidado com o tema.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2022, o estado do Pará possui o maior percentual de população parda do Brasil: dos 8.120.131 habitantes do estado, 69,9% se autodeclararam pardos, 19,3% são brancos, 9,8% são pretos e 0,9% se declararam indígenas. Dos 144 municípios paraenses, em 143 predomina a população parda, e apenas o município de Jacareacanga possui a maior parte da população declarada indígena.

Diante deste contexto, este artigo tem por analisar a formação territorial histórica de

Belém do Pará, a partir do monitoramento das espacialidades étnico-raciais com base nos dados dos Censos do IBGE de 1872 a 2022. O artigo será dividido em três seções: a primeira tem o intuito de analisar a dinâmica espacial da Amazônia brasileira em especial do conjunto urbano de Belém com enfoque nas populações de matriz afroindígena; a segunda seção tem como foco espacializar os dados dos censos étnico-raciais do conjunto urbano de Belém - PA do IBGE de 1872 a 2022 e a terceira tratamos de algumas conclusões e recomendações referentes aos produtos e análises realizadas no estudo.

1 – A DINÂMICA ESPACIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E AS MATRIZES AFROINDÍGENAS TERRITORIALIZADAS EM BELÉM

O território brasileiro, incluindo a região amazônica, passou por diversas transformações políticas, sociais e administrativas ao longo de seus cinco séculos de formação, o que resultou em significativas alterações de seus limites territoriais.

Conforme destacado na Figura 1, em 1534, o Brasil Colonial encontrava-se delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, estando a maior parte da Amazônia sob domínio espanhol. Em 1766, o território foi reorganizado em duas grandes unidades administrativas: o Brasil e o Grão-Pará e Maranhão, como parte das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal durante o reinado de Dom José I.

Em 1850, foi criada a Província do Amazonas, como parte do processo de reorganização do território brasileiro após a Independência. A Figura 1 também destaca a configuração do Brasil no período da Proclamação da República (1889), quando a região passou a sofrer um controle mais efetivo por parte do governo central, ampliando a presença nacional na Amazônia.

Em 1943, o Brasil incorporou definitivamente o Acre anteriormente pertencente à Bolívia e criou os territórios federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia. Posteriormente, em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, esses territórios foram elevados à categoria de estados, e o norte do estado de Goiás foi desmembrado, dando origem ao estado do Tocantins.

A Figura 1 também apresenta a Amazônia Legal, criada em 1966 pelo governo federal com o objetivo principal de promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional da Amazônia com o restante do país. Atualmente, essa macrorregião abrange integralmente os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de parte do estado do Maranhão."

Capitanias hereditárias-1534



América portuguesa-1766



Brasil República-1889



Brasil -1943



Brasil -1988



Amazônia Legal-2009



Universidade de Brasília (UnB)/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA)
 Projeto Geoafro
 Doutorando: Marco Antonio Lopes Menezes/Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos
 Brasília-DF - 2025

Figura 1- Formação territorial da Amazônia brasileira

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) a partir das imagens : HISTORIA DE TUDO, Capitanias Hereditárias.2025. Disponível em <https://www.historiadetudo.com/capitanias-hereditarias>Acesso em : 2 ago.2025, GODOI, Elson. América portuguesa, 1776. [Mapa]. Facebook: Postagem pública, 8 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/professorelsongodoi/posts/mapa-da-am%C3%A9rica-portuguesa-em-1776/1163794355756636/>> Acesso em 20 mai 202



Figura 2- Povos indígenas do Brasil na época do descobrimento

Fonte: **Povos indígenas do Brasil na época do descobrimento**. In: Atlas FGV. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, s.d. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/os-povos-americanos/midias/mapa-do-brasil-mostrando-os-principais-povos-indigenas-epoca-do>. Acesso em: 27 set. 2025.

A Figura 2 geolocaliza os principais troncos indígenas que habitavam no início da colonização o território que hoje compreende o Brasil. Conforme John Hemming (1968), a demografia colonial brasileira era composta por 2,43 milhões de indígenas presentes no século XVI.

A configuração do território em 1500, era marcada por uma notável diversidade étnica e linguística. Os grupos de língua Tupi-Guarani constituíam a família mais amplamente dispersa ao longo do litoral, da foz do Amazonas até a região sul. Segundo Rodrigues (1996) sua presença dominante na costa foi o primeiro e mais duradouro ponto de contato com os colonizadores portugueses que caracterizavam-se, em muitos casos, por uma economia baseada na agricultura de coivara (mandioca, milho), complementada pela caça, pesca e coleta, e por uma organização social e cosmológica complexa.

Para o interior Rodrigues (1996) aponta que especialmente nos planaltos centrais e no cerrado, predominavam os povos do tronco Jê, como os Kayapó, Xavante e Kaingang. No vasto domínio da Bacia Amazônica, a diversidade era ainda maior, com a presença significativa de povos dos troncos Aruak frequentemente associados a uma tradição ceramista elaborada e a complexos sistemas de troca, o grupo Karib conhecidos por sua expansão territorial e práticas guerreiras, Pano e Tukano, estes últimos concentrados principalmente ao noroeste, além desses, inúmeros outros grupos, pertencentes a troncos linguísticos menores ou ainda não classificados, ocupavam porções específicas do território, cada um com suas singularidades culturais.

Essa classificação por troncos linguísticos, embora útil para uma visão macro, simplifica uma realidade etnográfica extremamente dinâmica e fragmentada, onde cada povo possuía sua própria organização social, cosmologia, tecnologias e relações específicas com o ambiente.

A região que hoje abriga a cidade de Belém do Pará, localizada nas proximidades da foz do rio Amazonas e no estuário do rio Pará, era, no século XVI, um importante centro de ocupação de povos de língua Tupi. A Figura 2 indica claramente a predominância do tronco Tupi-Guarani nesta área costeira.

Os principais grupos indígenas que habitavam Belém, área conhecida pelos Tupinambá como Mairi, eram deste mesmo povo. De acordo com o cronista D'Abbeville (1945), esses grupos estabeleciam suas aldeias preferencialmente em áreas de várzea fértil, estratégia que lhes permitia aproveitar a riqueza dos recursos aquáticos e a aptidão dos solos para o cultivo da mandioca, base de sua economia agrícola.

A fundação de Belém em 1616, sobre o território de Mairi, representou o início de um

processo drástico de transformação para essas populações que segundo Cruz (1973) o contato com os colonizadores desencadeou graves consequências: a introdução de epidemias para as quais não possuíam imunidade, conflitos armados pela posse do território e o estabelecimento de um regime de escravização. Esse conjunto de fatores resultou em um declínio populacional catastrófico.

Os sobreviventes Tupinambá foram, em grande parte, aldeados em missões religiosas ou integrados à força à economia colonial como mão de obra, processos que levaram à profunda desestruturação de sua organização social e cultural tradicional.

No entanto, a presença indígena não foi extinta, mas se reorganizou através de processos de miscigenação, fuga para o interior e resistência cultural. A formação da sociedade paraense, é profundamente marcada pela influência Tupi, a herança linguística é o exemplo mais evidente: o Nheengatu, língua geral derivada do Tupi antigo, foi por séculos a língua mais utilizada da região, e o português falado em Belém está repleto de contribuições lexicais indígenas, especialmente para flora, fauna, topônimos e técnicas de manejo.

A ocupação lusitana da Amazônia, iniciada a partir do século XVII (1616), foi motivada principalmente pela necessidade de defender o território contra franceses, ingleses e holandeses, que então ocupavam o extremo norte da América do Sul e parte da costa do Amapá.

A Figura 3 destaca as povoações que não contavam com indígenas aldeados ou estabelecidos em vilarejos no final do século XVIII. Nota-se sua localização estratégica na foz do rio Amazonas, tanto ao norte, em Macapá e adjacências, quanto ao sul, com destaque para a Freguesia da Sé, na cidade, e a Freguesia do Rosário, que deu origem à formação da capital da província a cidade de Belém do Pará.

As demais povoações situavam-se igualmente de forma estratégica na confluência dos principais rios que conectavam o litoral atlântico ao sertão amazônico. Tais povoações caracterizavam-se, como bem apontou Reis (1994), pela presença de fortificações e por escambos bem articulados, sobretudo com os Tupinambás, seu intuito era articular a ocupação do território para dinamizar a exploração das drogas do sertão e a atividade canavieira voltada à fabricação de açúcar e rum, além de organizar grupos formados por colonos, sertanistas, indígenas locais e missionários religiosos para o extermínio de populações indígenas aliadas a holandeses, franceses e ingleses.

A Figura 4, por sua vez, apresenta as povoações indígenas do Grão-Pará no final do século XVIII, segundo Cardoso (2018), essas povoações consistiam em freguesias onde se encontravam indígenas de diferentes povos, aldeados ou estabelecidos em vilas. Essas

populações estavam integradas à administração portuguesa na colônia e desempenhavam diferentes funções, coordenadas por ordens religiosas principalmente jesuítas e franciscanos, que lhes impuseram a catequização, esse processo gerava conflitos ligados à resistência dessas populações à adoção de um novo modo de vida imposto.

Na Figura 4, também é possível visualizar a disposição territorial dessas povoações, que hoje, em sua maioria, transformaram-se em núcleos urbanos. Percebe-se sua localização ao longo do rio Amazonas ou de seus principais afluentes, próximas à foz, muitas delas possuem nomes homônimos aos de povoações, vilas e cidades lusitanas.

As cidades de Óbidos, Oriximiná e Alenquer, no oeste do Pará, constituíram importante território de resistência africana e afrodescendente durante os períodos colonial e imperial, abrigando diversos quilombos formados às margens do rio Amazonas e de seus afluentes. A região concentra grande quantidade de comunidades remanescentes de quilombos, muitas delas distantes das sedes municipais.

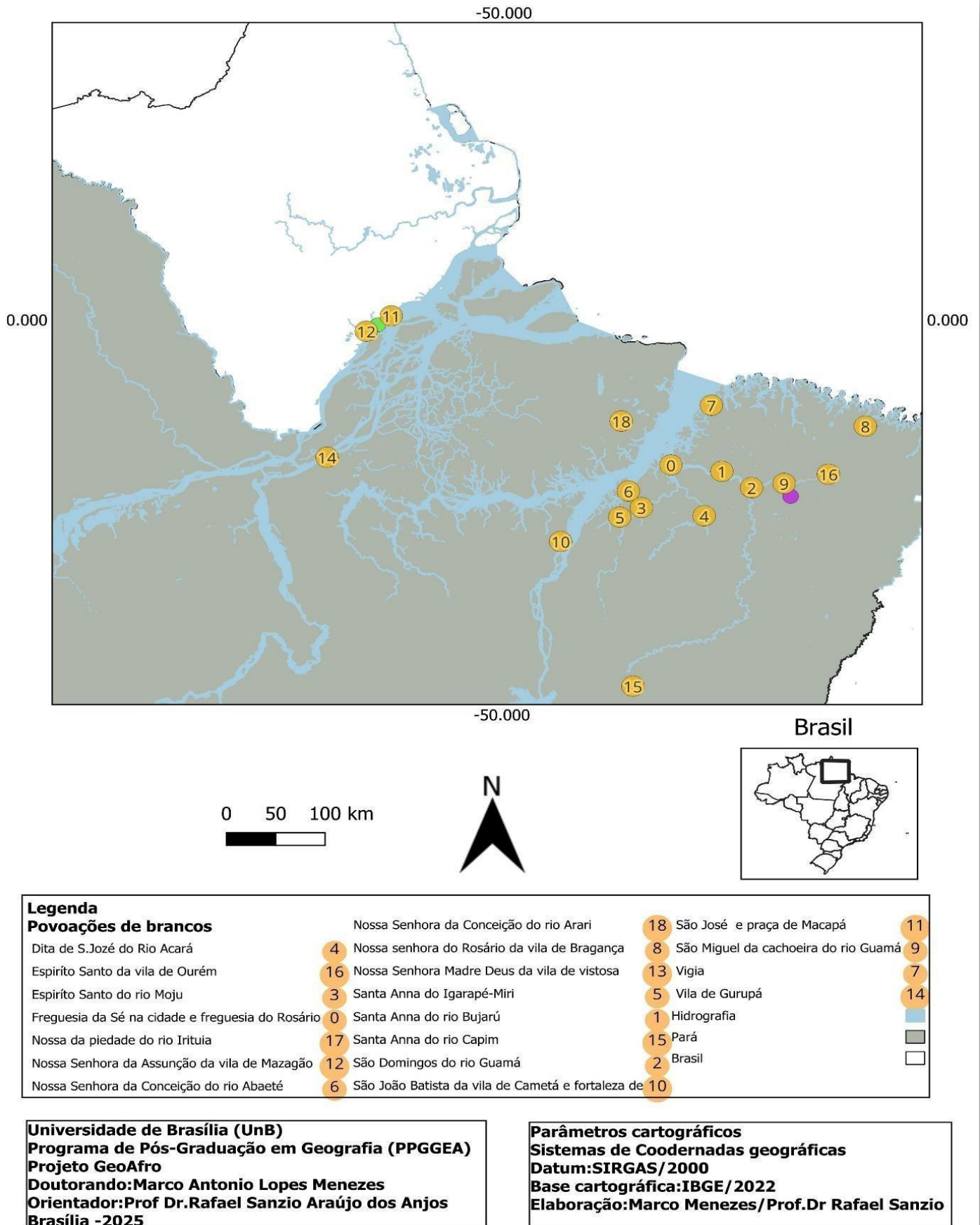


Figura 3 - Povoações de brancos na província do Grão-Pará- Século XVIII
Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com base em: CARDOSO, A. S. *Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará, século XVIII*. Tese (Doutorado), UFPA, 2018

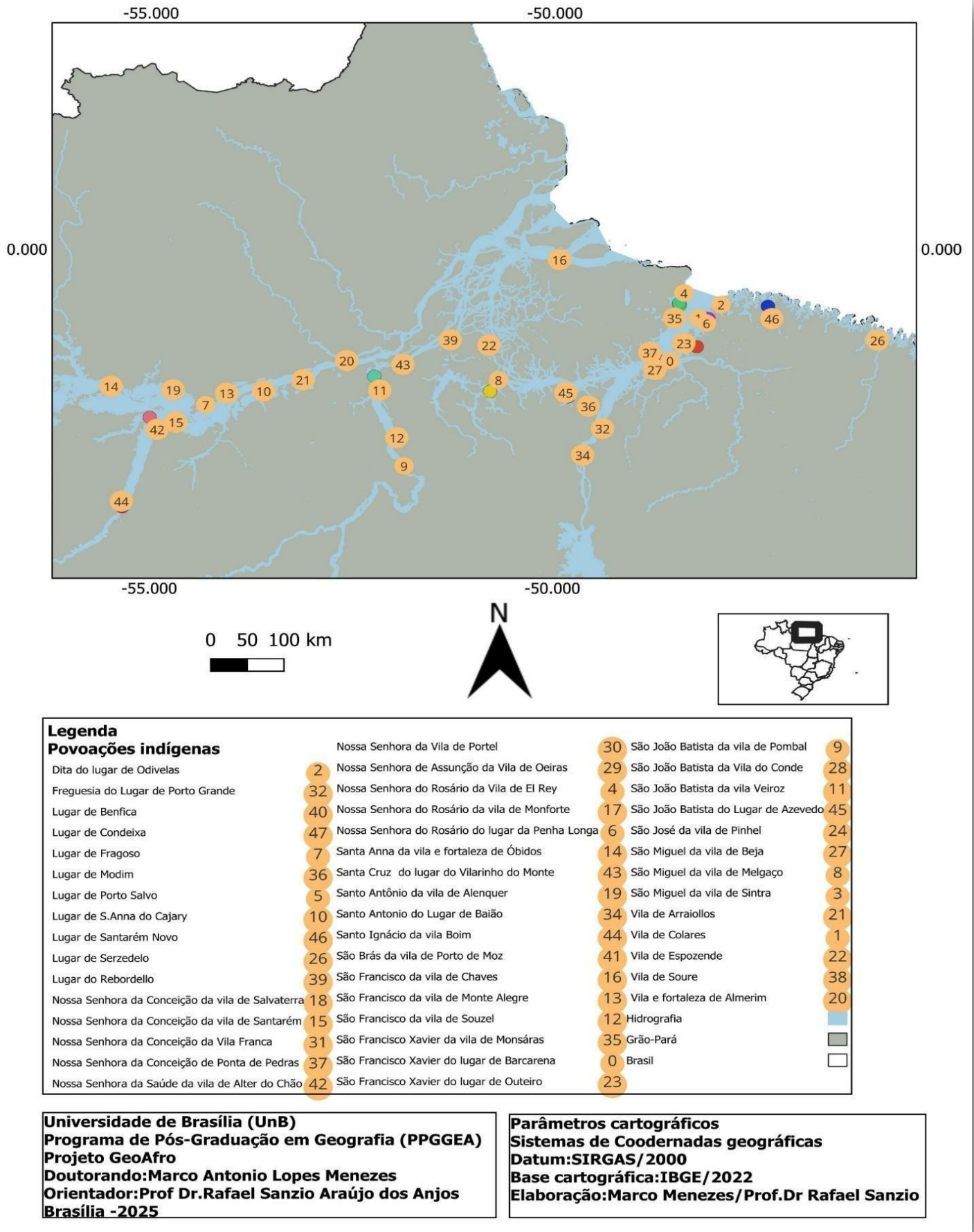


Figura 4- Povoações indígenas na província do Grão- Pará- Século XVIII

Fonte: Elaboradopeloautores (2025) com base em: CARDOSO, A. S. *Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará, século XVIII*. Tese (Doutorado), UFPA, 2018

No que concerne à presença africana na Amazônia brasileira, é importante ressaltar que o Brasil foi o maior importador de escravizados africanos nas Américas, configurando-se no que o historiador Luís Felipe Alencastro definiu como "o maior agregado político escravagista do continente" (ALENCASTRO, 2018).

Partindo de substanciais estudos historiográficos sobre a demografia do Brasil colonial, Alencastro (2018) aponta que, entre 1550 e 1850 ou seja, durante os trezentos anos em que perdurou o tráfico negreiro no Brasil, estima-se que 70% das viagens negreiras com destino às Américas tiveram como destino os principais portos brasileiros (Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís do Maranhão e Belém do Pará). Esse fluxo corresponde a cerca de 4,86 milhões de escravizados aportados no país, o que representa 46% do total de africanos deportados para as Américas.

Nesse contexto, Alencastro (2018) destaca que, para cada 100 pessoas desembarcadas no Brasil entre 1500 e 1850, 86 eram africanos escravizados e apenas 14 eram colonos ou imigrantes europeus. A principal origem desses escravizados incluiu a baía de Benim e o golfo de Biafra; a região centro-oeste da África, notadamente Angola, Guiné e Bissau; e a África oriental, especialmente Moçambique que sozinha responde por 95% dos escravizados traficados dessa região.

Os principais portos negreiros africanos localizavam-se nas proximidades das maiores bacias hidrográficas do continente, como o rio Senegal (Senegâmbia), os rios Níger e Volta (golfo da Guiné), o rio Congo e o Cuanza (Congo-Angola), e os rios Zambeze e Limpopo (Moçambique). De acordo com Dias (1970) e Silva (2020), teriam sido introduzidos na Amazônia portuguesa, entre 1755 e 1778, mais de 25.365 escravizados africanos, desembarcados principalmente nos portos de Belém e São Luís do Maranhão. Desse total, 14.749 foram enviados ao Grão-Pará e 10.616 ao Maranhão.

A Figura 5 apresenta um registro de entrada de navios com escravizados em Belém no ano de 1779, detalhando suas origens, como Cacheu (Guiné-Bissau) e Pernambuco. Esse documento permite identificar padrões históricos significativos do tráfico negreiro regional, evidenciando a dupla dinâmica de abastecimento de mão de obra escravizada: o tráfico transatlântico direto da África e o tráfico intercolonial, proveniente de outras capitanias brasileiras.

*Mappa dos Escravos, que se conduzi-
rão para a Cidade do Pará no Anno de 1779*

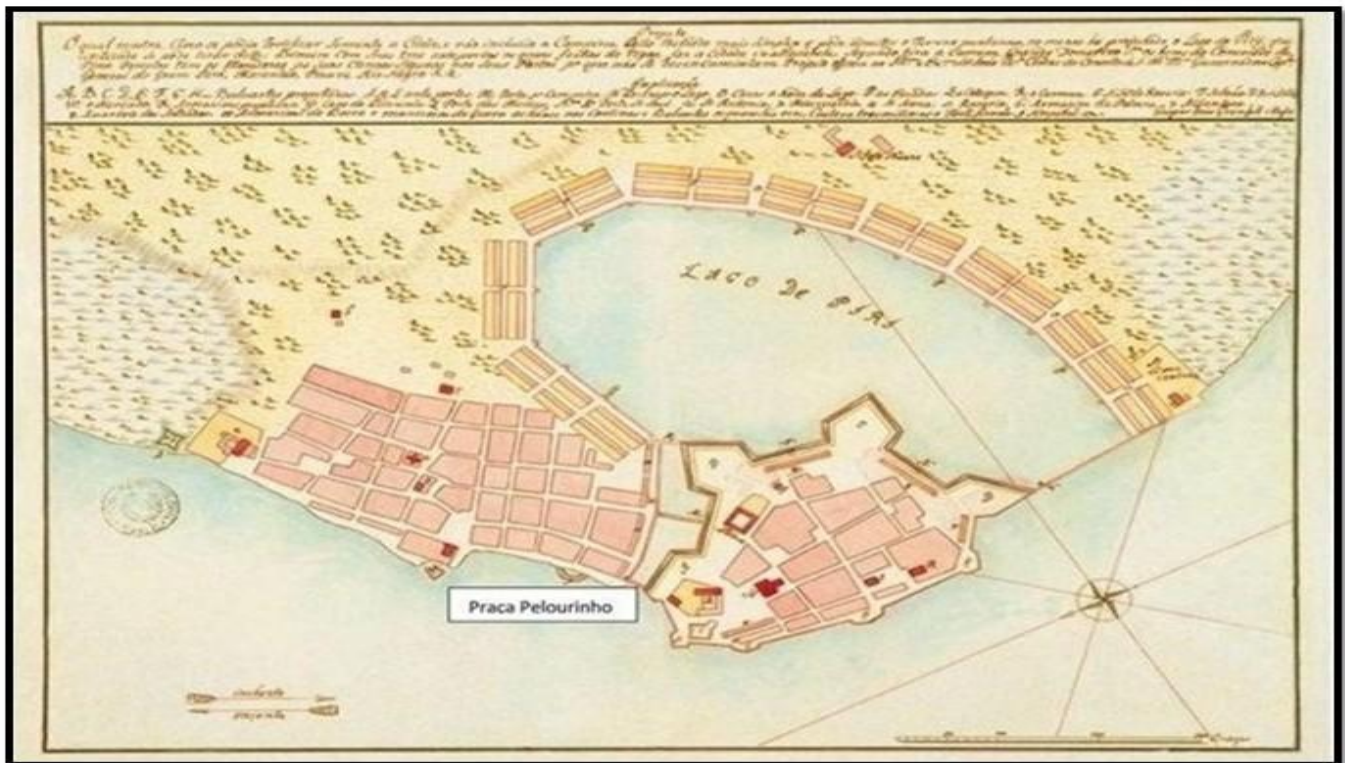
Embarcações.	Da onde vir-	Capitães	Qualid. ^{de} e s. ^o dos Escravos.				
			Do Sexo Masculino		Do Sexo Feminino		Total
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Curitiba S. ^{ra} Anna. e N. ^{ra} do Dom Succasso.	De Cachem.	João do Spr. ^o S. ^o	21	120	19	62	222
Sumaca N. ^{ra} Sr. ^{ta} da Conceição, e Minas.	De Pernambuco.	Domingos Ferr. ^o		55		19	74
Sumaca N. ^{ra} Sr. ^{ta} da Beatissima S. ^{ra} Gon. ^{ca} e M. ^{ta}	da B. ^a e Maranh. ^o	João An. ^o do Tab. ^o		1		6	7
Sumaca N. ^{ra} Sr. ^{ta} da ceição S. ^{ra} M. ^{ta} e Minas	De Parnaíba.	Antonio da Costa		9		6	15
			21	185	19	92	317

Figura 5- Listas de Entrada de Navios com Escravizados em 1779

Fonte: Arquivo público do Pará. MAPA dos escravos conduzidos para a cidade de Belém do Pará no ano de 1779, vindo de Cachéu, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Parnaíba. AHU_ACL_CU_013, Cx. 84, D. 6905

A Figura 6 apresenta uma sobreposição cartográfica entre o mapa histórico de Belém de 1773 e uma imagem de satélite atual do Centro Histórico, permitindo analisar as profundas transformações urbanísticas ocorridas na capital paraense. A cidade originou-se no Complexo Feliz Lusitânia, conjunto arquitetônico erguido a partir da construção do Forte do Presépio em 1616, que inclui a Igreja de Santo Alexandre, a Casa das Onze Janelas, a Praça Frei Caetano Brandão e a Catedral Metropolitana de Belém (Igreja da Sé), todos localizados no bairro da Cidade Velha núcleo urbano primitivo da cidade.

A análise comparativa das imagens revela que, no século XVIII, a expansão urbana era limitada pela presença do Lago do Piri. Seu aterramento, conforme aponta Moreira (1966), realizado por meio de investimentos públicos, viabilizou a ocupação da área correspondente ao atual bairro da Campina, hoje principal polo comercial da cidade.



Universidade de Brasília (UnB)/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA)

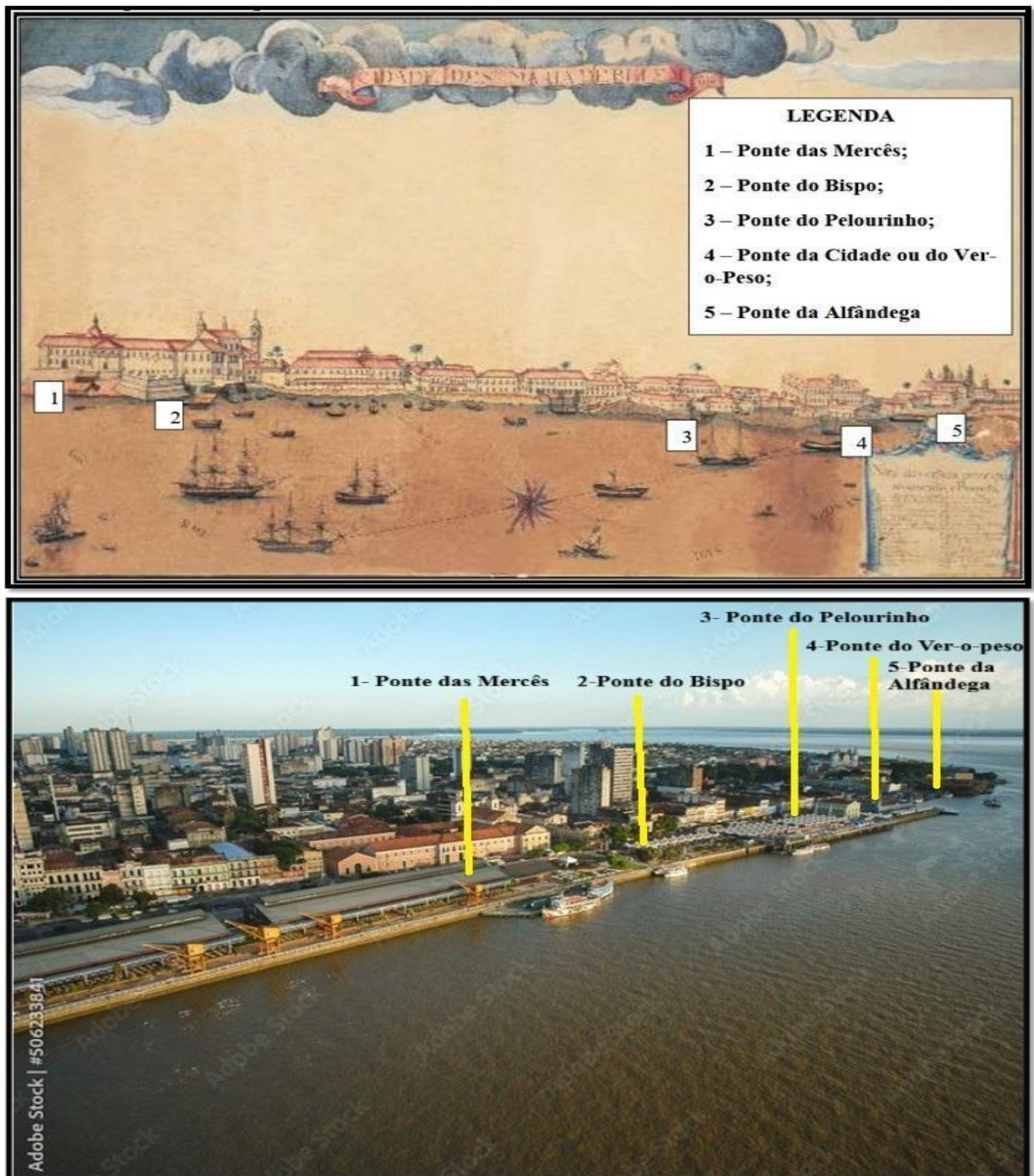
Projeto Geoafro

Doutorando: Marco Antonio Lopes Menezes/Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos

Brasília-DF- 2025

Figura 6 -Sobreposição cartográfica: mapa histórico de Belém (1773) e imagem de satélite atual (2025) do Centro Histórico de Belém - PA

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial,1999**. Mapa da Cidade de Belém de 1773. p.133 e imagem de satélite extraída do Google Earth Pro (2025).



Universidade de Brasília (UnB)/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA)
Projeto Geoafro

Doutorando: Marco Antonio Lopes Menezes/ Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos
Brasília-DF- 2025

Figura 7 -Análise espaço-temporal da transformação urbana de Belém: confronto entre o prospecto setecentista e imagem atual

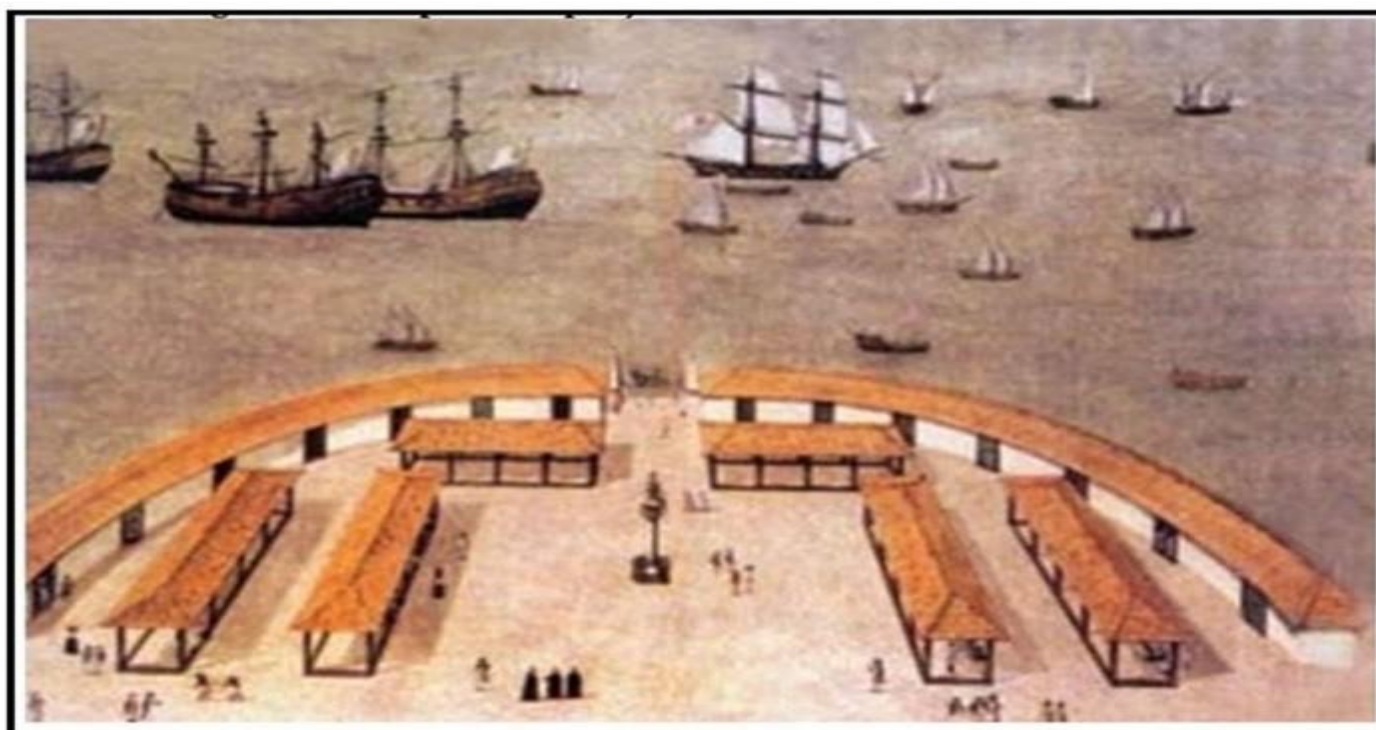
Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em:- REIS FILHO, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 1999 (Prospecto de Ignácio Antonio da Silva, século XVIII);- ADOBE STOCK. Centro de Belém. 2025. Disponível em: <https://stock.adobe.com/br/>. Acesso em: 2 agos. 2025.

A Figura 6 ainda evidencia a existência do Pelourinho, que segundo Reis (2000) originalmente se localizava nas proximidades da Catedral da Sé e foi posteriormente transferido para a área de praia (1757), nas proximidades da região que atualmente abriga o complexo do Ver-o-Peso, importante mercado municipal.

A Figura 7 estabelece uma comparação entre o prospecto histórico de 1773 e a imagem atual do centro de Belém, revelando uma transformação radical na paisagem urbana, mas também a persistência de marcas da herança colonial africana. No período colonial, o Pelourinho ocupava uma posição central entre a Catedral e o porto, simbolizando o poder escravista por meio de sua localização estratégica em uma área de praia que possuía pontes de madeira, as quais conectavam os espaços de controle colonial.

Atualmente, essa mesma área de praia foi completamente transformada por aterros e intervenções urbanas, com o antigo Largo do Pelourinho dando lugar a edifícios públicos. No entanto, apesar das profundas mudanças físicas, a paisagem contemporânea não conseguiu apagar completamente as camadas anteriores da cidade colonial e escravista, criando um espaço complexo em que o desenvolvimento urbano convive com resquícios materiais e imateriais da história africana da cidade.

A Figura 8 compara a vista histórica da Praça do Pelourinho em Belém com sua paisagem atual, revelando as transformações urbanas que marcaram o território, sem, contudo, apagar completamente seu passado escravista. A Baía do Guajará, principal ponto de entrada de africanos escravizados na Amazônia colonial, conectava-se diretamente ao Pelourinho, formando um eixo de controle e comercialização de mão de obra. Navios negreiros especialmente os provenientes de Cacheu e Angola, conforme Dias (1968) desembarcavam cativos que eram redistribuídos para outras regiões, consolidando Belém como centro do tráfico de escravizados do norte do Brasil. A figura 7 faz questão de frisar a imagem da área atual onde ficava o pelourinho que a mais de um século foi aterrado e que hoje abriga o complexo do ver-o-peso considerada maior feira livre da América latina



Universidade de Brasília (UnB)/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEA)
 Projeto Geoafro
 Doutorando: Marco Antonio Lopes Meneses/Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos
 Brasília-DF- 2025

Figura 8 – Transformações urbanas na Praça do Pelourinho: confronto entre o Prospecto setecentista e a paisagem contemporânea

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: - REIS FILHO, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 1999 (Prospecto da Praça do Pelourinho, atribuído a Ignácio Antonio da Silva, século XVIII); - G1 PA. **Complexo do Ver-o- Peso**. 2024. fotografia, color. In: **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/03/27/ver-o-peso-397-anos-patrimonio-historico-do-brasil-mercado-e-a-maior-feira-a-ciu-aberto-da-america-latina.ghml>. Acesso em: 20 set. 2025.

Do total de escravizados enviados a Belém, aproximadamente um terço foi comercializado com Mato Grosso, fato que consolidou a capital paraense como principal centro receptor e redistribuidor de cativos na região amazônica.

Após a extinção da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o governo incentivou significativamente a entrada de escravizados no Pará, concedendo isenção de impostos para esse comércio. Esse favorecimento permitiu que, entre 1792 e 1820, fosse alcançado o total de 38.323 indivíduos escravizados, representando uma média anual de 1.137 pessoas trazidas forçadamente para o Pará o dobro do volume registrado no período anterior (SILVA, 2020).

A Figura 9 apresenta uma mulher negra escravizada em Belém, registrada por Felipe Augusto Fidanza em 1869. A imagem demonstra a profunda influência africana na formação da cidade, revelando não apenas a violência do sistema escravista, mas também a resiliência cultural que moldou o território. Sua postura ativa e seus trajes que mesclam adaptações locais com elementos africanos simbolizam a preservação de saberes e tradições materializada no espaço urbano. Essa representação constitui um testemunho do protagonismo de matriz africana na construção de Belém, cujo legado permanece vivo na organização da cidade, onde ruas como as do bairro da Campina e arredores do antigo Pelourinho guardam, em sua topografia e memória, as marcas indeléveis da diáspora africana na Amazônia.



Figura 9 - Mulher negra em Belém, 1869

Fonte: FIDANZA, F. A. **Mulher negra em Belém. 1869.** Disponível em: <https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browse.tt.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Uma das principais marcas da presença africana na Amazônia é a formação de mocambos (quilombos). Nesse contexto, a Geografia fluvial de Belém, cortada por rios, igarapés e a Baía do Guajará, conforme aponta Saunier (2025), facilitou a formação de quilombos urbanos e minimocambos nos arredores da cidade durante o século XIX.

Esses assentamentos, muitas vezes compostos por pequenas palhoças com três a quatro habitantes, serviam como refúgios temporários ou pontos de resistência ativa, onde quilombolas sobreviviam por meio da agricultura, da pesca e, em alguns casos, de assaltos a viajantes prática que levou à repressão oficial, com centenas de prisões e a destruição de núcleos, como os registrados no bairro de Nazaré. Além desses, destacam-se, de acordo com Salles (2005), os minimocambos do Benguí e da Terra Firme, os quilombos da Ilha do Combu e de Cotijuba, e núcleos às margens do igarapé do Una.

A Figura 10 apresenta os territórios quilombolas titulados no estado do Pará. Nota-se um número expressivo de territórios no nordeste do Pará e no oeste paraense, em especial nos arredores de Belém e no vale do rio Trombetas, entre os municípios de Oriximiná e Óbidos o que reforça a forte presença africana na Amazônia brasileira.

De acordo com os dados do projeto GEOAFRO (2024-2025), o estado do Pará possui 548 sítios quilombolas, posicionando-se como o quarto estado com o maior número de quilombos no Brasil. A localização estratégica às margens de rios permitia mobilidade, trocas comerciais e fuga rápida, caracterizando uma rede de resistência que se estendia desde a capital até o baixo Amazonas. Relatos de viajantes destacam a adaptação desses grupos no período pós-Cabanagem, quando muitos foram forçados a viver em núcleos isolados. Esses minimocambos, embora pequenos, representavam uma forma de autonomia em meio ao regime escravista, mantendo-se através do extrativismo, agricultura de subsistência e conexões fluviais que desafiavam o controle colonial.

Assim, a análise da formação territorial da Amazônia brasileira e do processo de ocupação de Belém evidencia não apenas uma trajetória de transformações políticas e administrativas, mas também a construção de uma paisagem profundamente marcada pela presença e resistência negra e indígena. As estruturas coloniais, os fluxos populacionais forçados e os rearranjos espaciais documentados nas seções anteriores configuraram o panorama físico e social sobre o qual a cidade se desenvolveu.

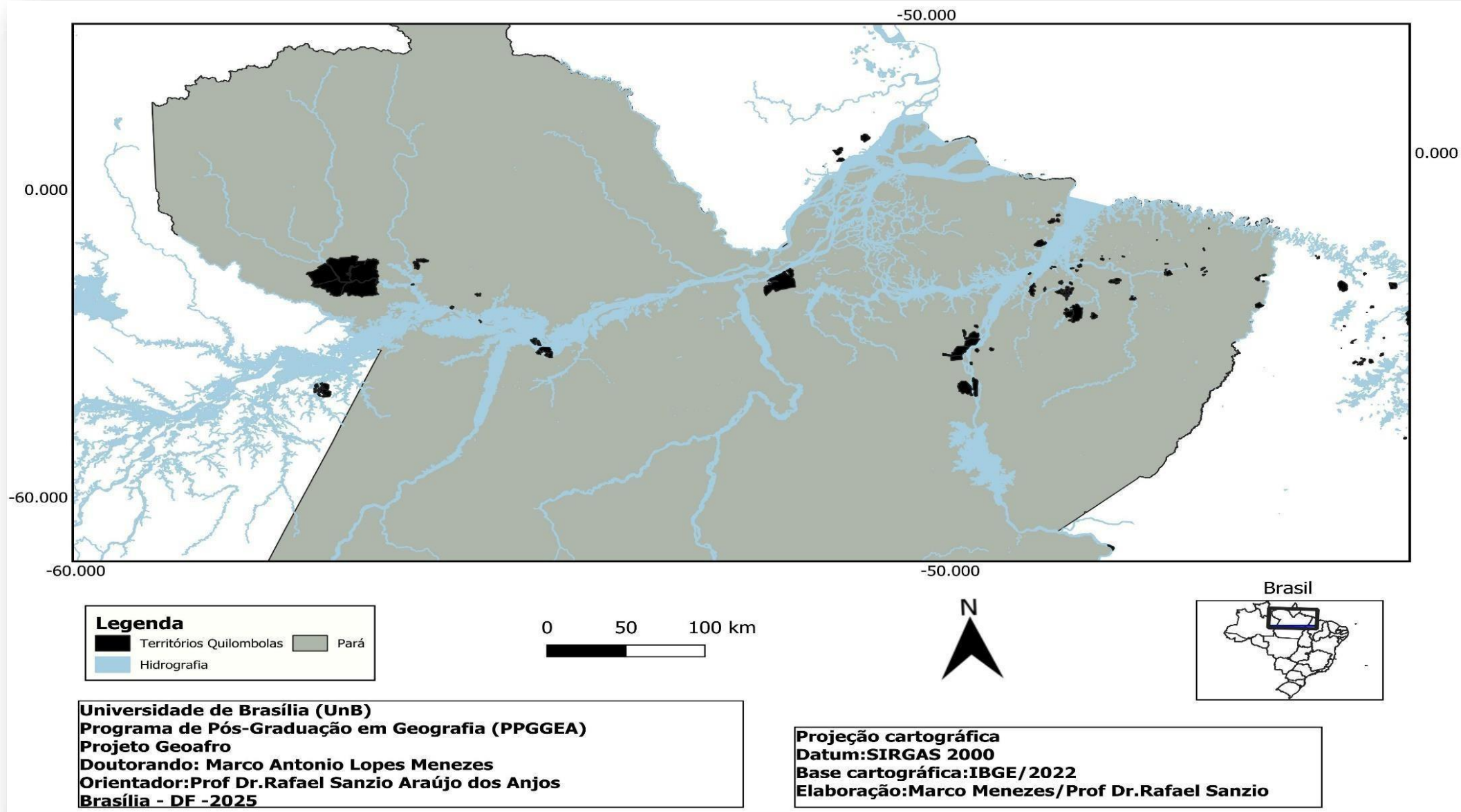


Figura 10- Territórios quilombolas titulados do estado do Pará

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com base em PARÁ. Instituto de Terras do Pará (Iterpa). **Relatório de Territórios Quilombolas do Estado do Pará**. Belém: Iterpa, 2007. p.12

Contudo, torna-se imprescindível investigar como essas dinâmicas foram captadas, silenciadas ou reveladas pelos instrumentos oficiais de contagem populacional. É nesse contexto que a segunda seção deste artigo se dedica a analisar a evolução dos censos demográficos do IBGE, de 1872 a 2022, examinando criticamente como as categorias étnico-raciais ao longo do tempo refletiram e por vezes obscureceram a complexa demografia de Belém, ao mesmo tempo em que se constituíram como ferramentas potenciais de visibilização e reparação histórica.

2- O MONITORAMENTO DA ESPACIALIDADE DOS CENSOS ÉTNICOS-RACIAIS EM BELÉM – PARÁ. 1872 - 2022

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1936, no contexto da era Vargas, como parte de um projeto estatal de modernização e planejamento nacional. Essa instituição visava superar a fragmentação de dados existente até então, centralizando e padronizando a produção de informações estatísticas e cartográficas sobre o território e a população brasileira. Em um momento de intensificação do processo de industrialização e de fortalecimento da ideia de nação, o IBGE surgiu com o objetivo primordial de fornecer bases técnicas e científicas sólidas para o planejamento econômico e a gestão estatal, tornando-se a principal instituição responsável por censos demográficos, estatísticas vitais, indicadores econômicos e a representação cartográfica oficial do país.

Os censos demográficos brasileiros apresentam uma trajetória metodológica que reflete as transformações nas concepções sobre raça no país. O primeiro recenseamento geral do Brasil, realizado em 1872, foi conduzido pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), órgão subordinado ao Ministério do Império do governo de Dom Pedro II e predecessora histórica do atual IBGE. Como destacam Camargo (2012) e Petruccelli (2007), as primeiras edições dos censos (1872-1940) adotaram categorias racialistas influenciadas pelo determinismo biológico do século XIX, classificando a população em termos como 'branco', 'preto', 'pardo' e 'caboclo'.

A virada crítica ocorreu em 1991, quando, segundo Santos (2005), o IBGE substituiu a heteroclassificação pela autodeclaração marco que Oliveira (2010) associa às lutas do movimento negro por reconhecimento estatístico. O censo de 2010, analisado por Guimarães (2012), inovou ao incorporar o termo "negro" (agregando pretos e pardos) e detalhar etnias indígenas, enquanto a edição

de 2022 avançou na identificação de quilombolas e na possibilidade de múltiplas identidades raciais. Essas mudanças, conforme argumentam os autores, revelam a transição de um paradigma biológico para uma abordagem sociocultural da raça, ainda tensionada por desafios na captação de identidades complexas, como as afro-indígenas.

Embora, durante o período em que as políticas de branqueamento eram predominantes, ocorreu uma tentativa de minimizar a presença de negros e indígenas nos dados censitários, isso se deu devido a uma categorização inadequada, que buscava dissolver a identidade negra ao agrupar pessoas de diferentes origens étnicas, contribuindo assim para a perpetuação do mito da "democracia racial".

Os censos étnico-raciais contemporâneos têm ajudado a tornar visíveis os diferentes grupos étnico-raciais que compõem a população brasileira, reconhecendo a diversidade cultural e histórica do país. Os dados coletados são essenciais para a criação e implementação de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades sociais enfrentadas por grupos minoritários, como as populações de matriz africana e indígenas.

Quadro 1- Censos étnico-raciais do IBGE- 1872 a 2022

Censo/Ano	Características	Nível territorial
1872	Cores brancas, pretas e parda e caboclas Subtópico: livre e escravizados	Geral/estados /Paróquias
1890	Cores: brancas, pretas, pardas, caboclas mestiças	Geral/estados/ Paróquias
1910	Não houve recenseamento	-
1920	Não foi coletada cor da população	-
1930	Não houve recenseamento	-
1940	Foi incluída a cor amarela	Geral /estados
1950	A cor parda foi incluída como cor oficial	Geral/estados
1960	Cor apenas para os dados gerais da população	Geral/estados
1970	Cor não coletada sem justificativa oficial	-
1980	Cor desagregada apenas para uns dados da população	Geral/estados
1991	Foram incluídos indígenas residentes em reservas	Geral
2000	Cor para população geral	Geral
2010	Foram considerados indígenas fora de reservas	Geral/estado/Bairro/setores censitários
2022	Cores :branca, preta, parda e indígena	Geral/estado/Bairro/setores censitários

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados obtidos nos censos étnico-raciais do IBGE (1872-2022)

O Quadro 1 sintetiza os censos étnico-raciais realizados no Brasil de 1872 a 2022, apresentando suas principais características e o nível territorial de abrangência da pesquisa. Enquanto o primeiro censo (1872) oferecia detalhamento em nível Geral/Estado/Paróquia nos principais centros urbanos,

os censos de 1940, 1980, 1991 e 2000 limitaram-se à escala estadual. Já as edições de 2010 e 2022 avançaram para a escala Geral/Estado/Bairro/Setores Censitários, permitindo análises intraurbanas mais precisas.

O primeiro censo demográfico brasileiro (1872) utilizou quatro categorias raciais: branco, preto, pardo e caboclo. No censo de 1890, o termo pardo foi substituído por mestiço, adotando-se dois critérios distintos de classificação: (1) a cor (branco e preto) e (2) a ascendência, sendo mestiços definidos como descendentes de negros e brancos, e caboclos como descendentes de indígenas.

A Figura 11 evidencia uma distribuição heterogênea da população preta no censo de 1872, com concentrações significativas variando de 16,5% a 55,35% em áreas específicas de Belém. Esses núcleos sugerem a persistência de padrões espaciais vinculados ao período escravista, tais como zonas de ocupação pós- abolição ou territórios de trabalho urbano associados ao porto e aos serviços domésticos. A presença de setores com mais de 50% de população preta nos bairros da Campina e Nazaré vetores de expansão urbana da época o que reforça a tese de uma diferenciação socioespacial histórica, possivelmente associada a limitações de mobilidade geográfica e acesso à terra.

A Figura 12, por sua vez, demonstra a distribuição da população parda (16,6% a 42,6%), na qual se observa uma dispersão geográfica mais ampla em comparação à população preta, refletindo processos distintos de miscigenação e mobilidade social no século XIX. As áreas com percentuais superiores a 40%, localizadas nos bairros da Campina e Nazaré, relacionam-se a zonas de intensa interação social, como centros urbanos ou regiões comerciais (Cidade Velha e Campina), onde a convivência entre grupos étnicos era mais frequente. A menor amplitude de variação entre os valores mínimos e máximos indica uma integração mais disseminada no tecido urbano.

A Figura 13, apresenta a agregação das populações preta e parda, as quais representavam entre 30% e 50% da população nos setores censitários, dominando numericamente a demografia da região. Essa predominância ressalta o perfil afrodescendente de Belém em 1872. Contudo, a variação espacial sugere a existência de hierarquias internas apresentando áreas com percentuais mais elevados (próximos a 50%) nos bairros de expansão da época Campina e Nazaré que correspondiam a regiões periféricas ou de menor status econômico, enquanto percentuais inferiores (30% a 40%) coincidiam com bairros mais centralizados e elitizados, como a Cidade Velha, local de formação da cidade.

A Figura 14 apresenta os percentuais da população cabocla que variou de 17,7 % a 75,9 %. Sua distribuição pontual pode estar associada a áreas rurais, zonas ribeirinhas ou territórios de comunidades tradicionais, refletindo a marginalização desses grupos no contexto urbano do século XIX ainda que os maiores índices dessa população estavam no bairro da Cidade Velha. A baixa representação nos setores censitários sugere uma invisibilização estatística ou processos de assimilação forçada, comuns em períodos de expansão da economia da borracha e reorganização fundiária.

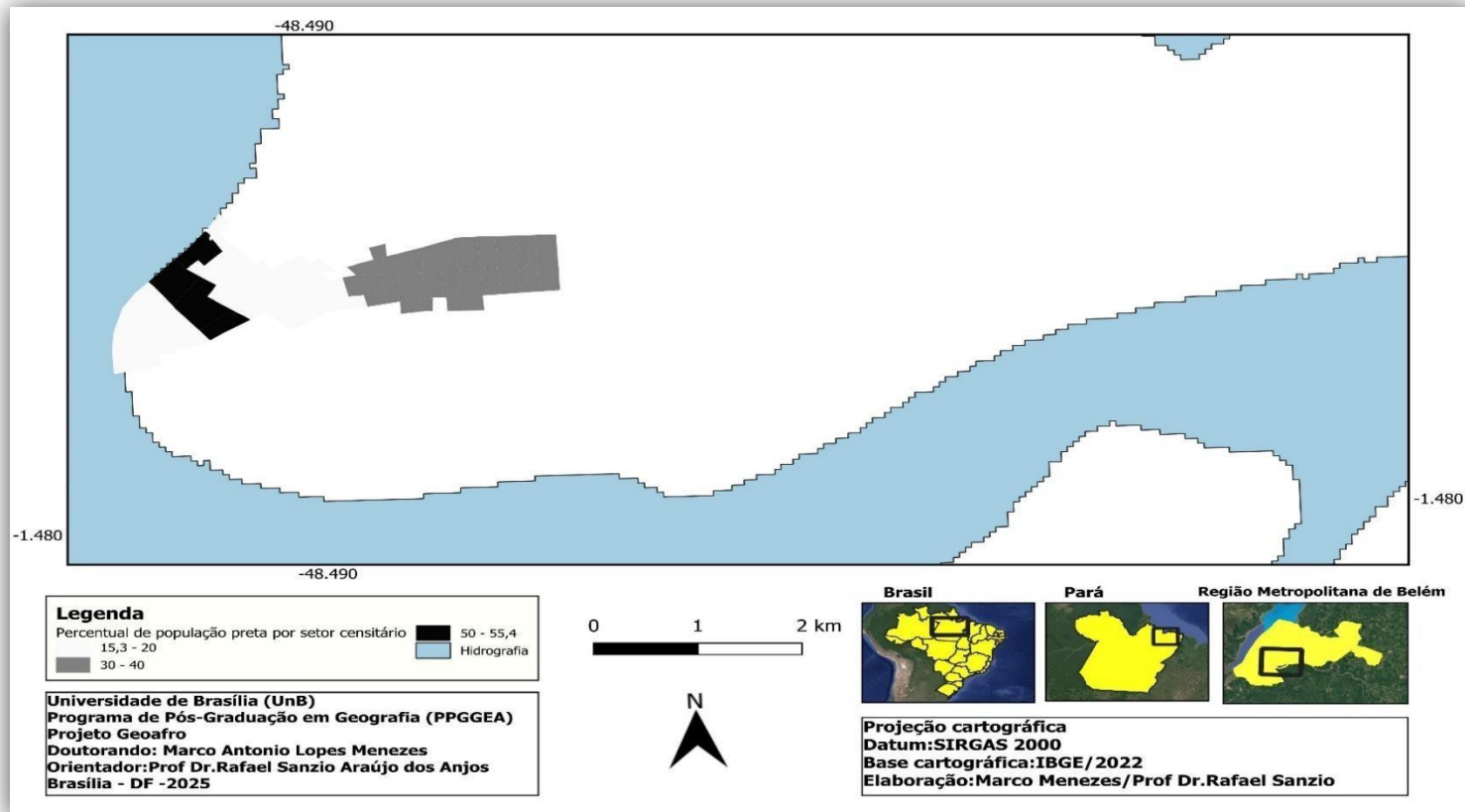


Figura 11- Percentual da população preta por setor censitário de Belém - PA - Censo/1872

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1872**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1872.

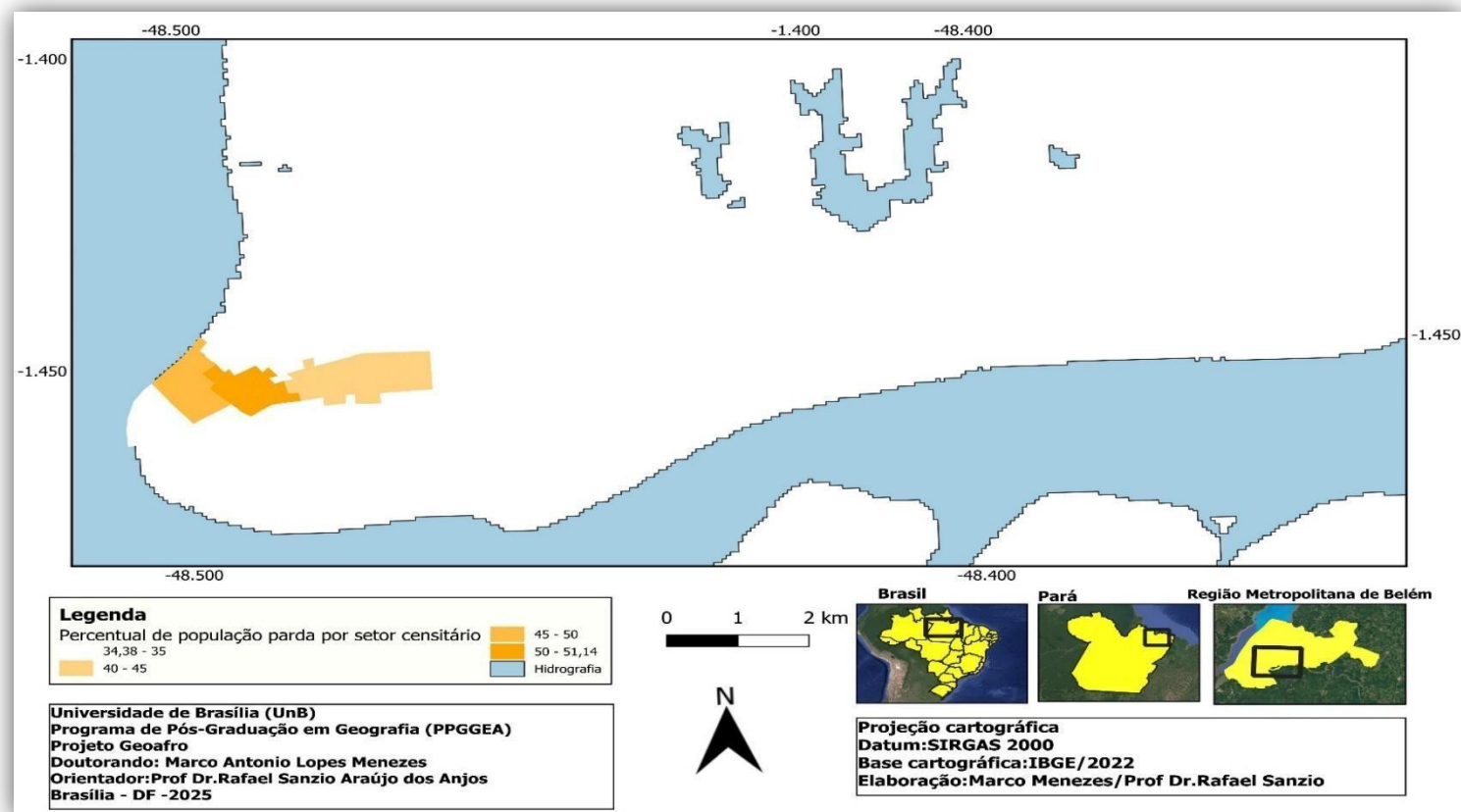


Figura 12- Percentual da população parda por setor censitário de Belém - PA - Censo/1872

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1872**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1872.

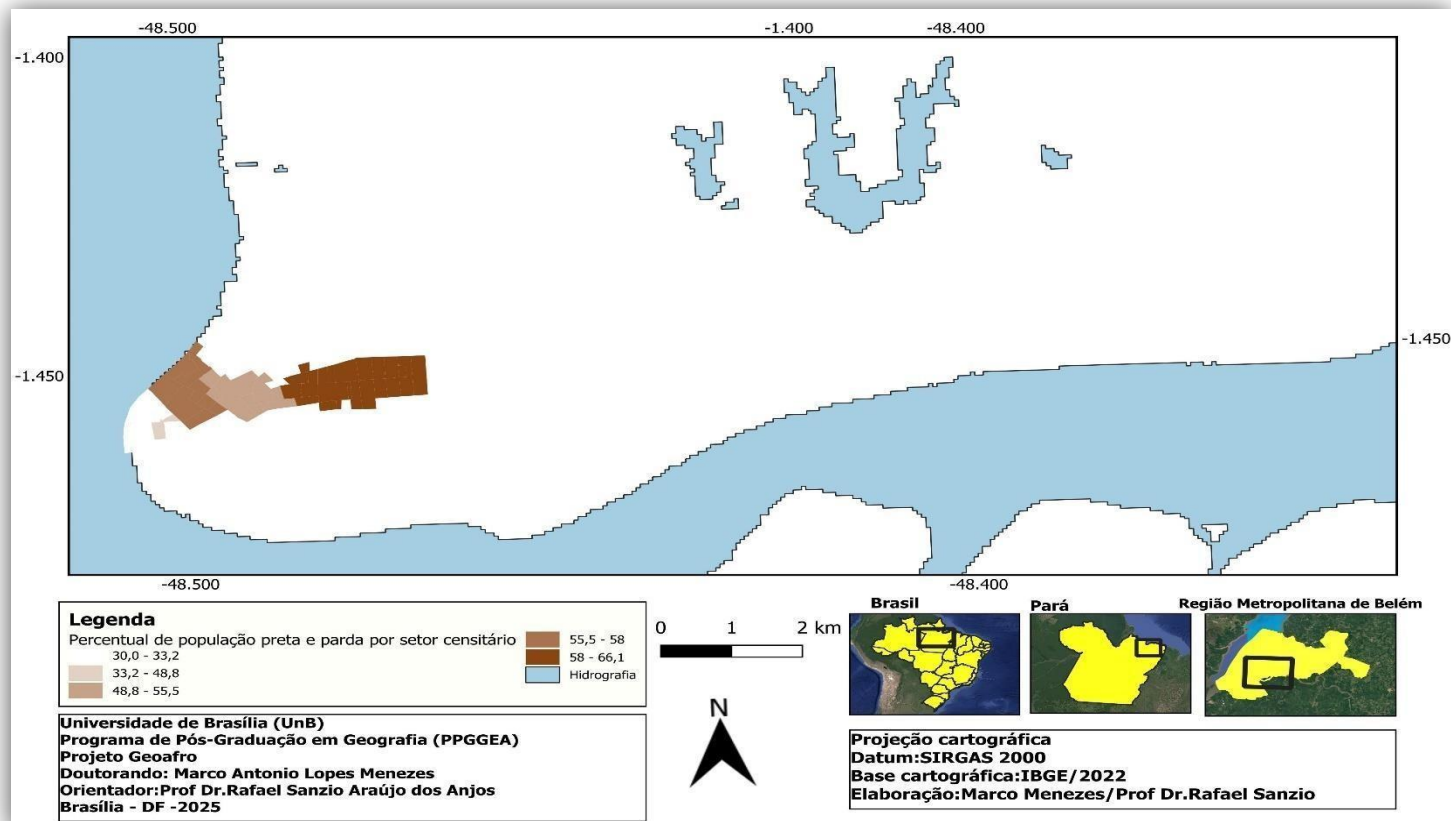


Figura 13- Percentual da população preta e parda por setor censitário de Belém - PA - Censo/1872

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1872**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1872

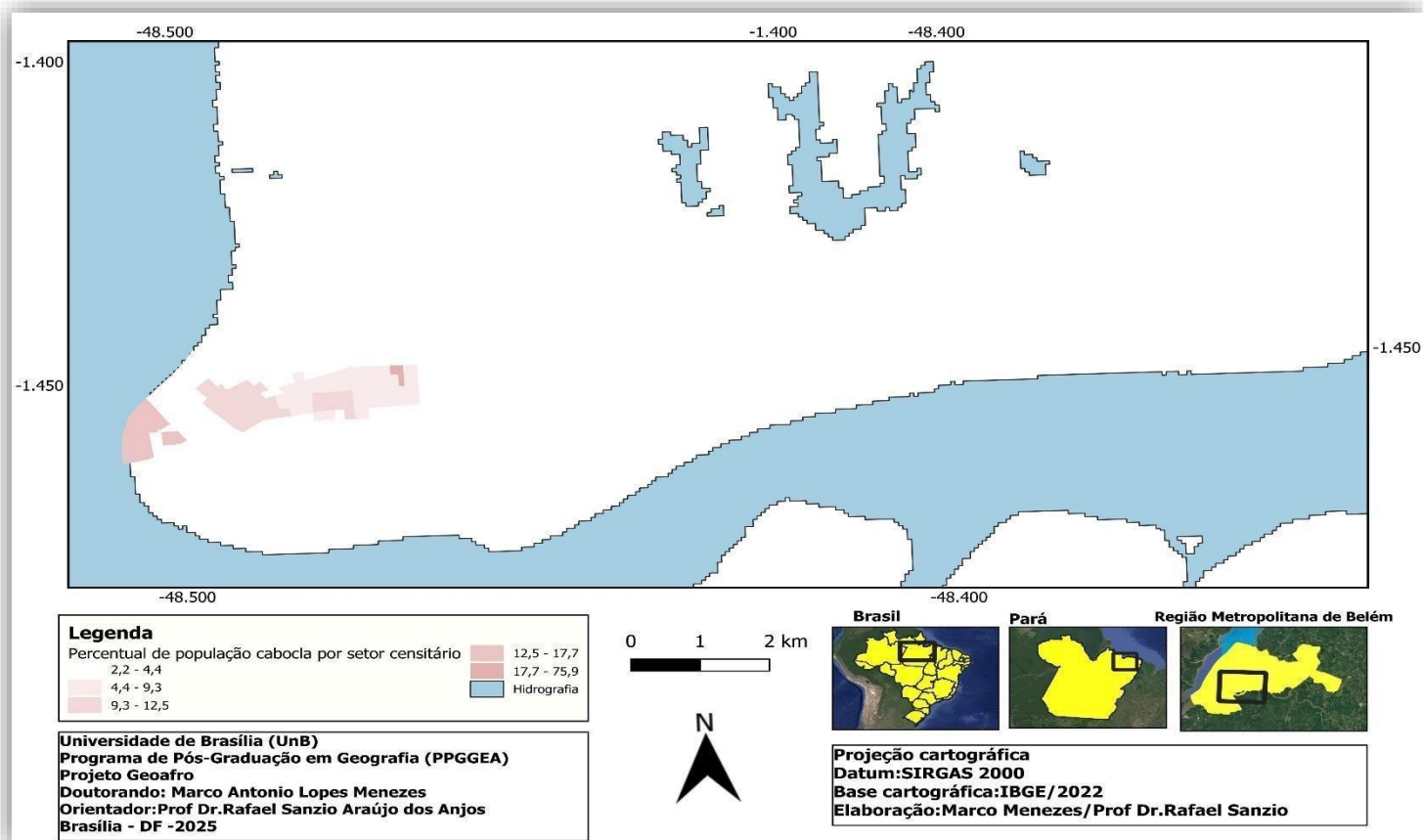


Figura 14- Percentual da população cabocla por setor censitário de Belém - PA - Censo/1872

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1872**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1872

A Figura 15 destaca uma mulher cafuza (descendente de africanos e indígenas) em Belém, retratada por Felipe Augusto Fidanza em 1870, personificando as complexidades da classificação racial adotada nos primeiros censos brasileiros. Como demonstram os recenseamentos de 1872 que a categorizaria como "parda" e de 1890 que a relegaria ao termo genérico "mestiça", sua existência desafiava as rígidas taxonomias raciais do Estado.

A imagem exemplifica a matriz afro-amazônica que os censos tentaram reduzir, sintetizando vivamente o processo colonial que uniu escravizados trazidos da África a povos originários da região. Enquanto os formulários censitários oscilavam entre critérios de cor (1872) e ascendência (1890), sua imagem revela o que os números não capturavam a resistência cultural dessas identidades plurais, que persistiam no espaço urbano de Belém.

Nos censos de 1900 e 1920, não foram coletados dados étnico-raciais, e em 1910 e 1930, nenhum censo foi realizado no país. No recenseamento de 1940, foi acrescentada a categoria "amarela" para registrar a presença de migrantes japoneses. Nessa edição, a classificação adotou o quesito cor, abandonando referências a raças mudança que Camargo (2010) apontou como radical, pois deixou de valorizar tipos raciais originários para considerar apenas a tonalidade da pele.

A Figura 16 evidencia o percentual da população preta por estados no censo de 1940, revelando uma aparente contradição: embora o Pará tenha recebido um significativo contingente de africanos escravizados, a população autodeclarada preta em 1940 era relativamente baixa (entre 10,6% e 15,8%). Esse fenômeno pode ser atribuído a três fatores principais: (1) a intensa miscigenação com indígenas e europeus; (2) as políticas de embranquecimento, que incentivavam a classificação como "pardo"; e (3) a migração pós-abolição para outras regiões. Belém, em particular, mostrava concentração de pretos em áreas de trabalho portuário e serviços urbanos, mantendo a Geografia racial herdada do período escravista.

A Figura 16, por sua vez, apresenta o percentual da população parda no Brasil por estados em 1940, destacando o Pará como uma das unidades da federação com maior percentual (entre 37,1% e 46,5%), acima da média nacional. Os dados sugerem que a categoria "pardo" funcionou como um amplo guarda-chuva estatístico, agrupando desde descendentes de quilombolas até migrantes nordestinos, diluindo especificidades étnicas e culturais.

A Figura 17 revela a marcante presença afrodescendente no Pará em 1940, onde a população preta e parda representava entre 53% e 70,4% dos habitantes. Esses números refletem não apenas a herança colonial escravista, mas também os complexos processos de mestiçagem que caracterizaram a formação social amazônica. Em comparação com outras regiões do país, o Pará apresentava uma distribuição mais homogênea desses grupos pelo território, sugerindo padrões distintos de ocupação espacial e integração cultural.

A Figura 18, por sua vez, destaca o percentual da população indígena por estados em 1940, revelando uma distribuição peculiar no Pará, com concentrações significativas de 5,2% a 8,1% que contrastavam com sua quase invisibilidade estatística em outras unidades federativas. Em Belém, a presença indígena era mais marcante em áreas periféricas, onde comunidades caboclas e cafuzas mantinham modos de vida tradicionais, resistindo à assimilação cultural urbana.



Figura 15 – Cafuza em Belém ,1870

Fonte: Adaptado pelos autores (2025), com base em: FIDANZA, F. A. **Cafuza em Belém. 1869.**
Disponível em: <https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browse.tt.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

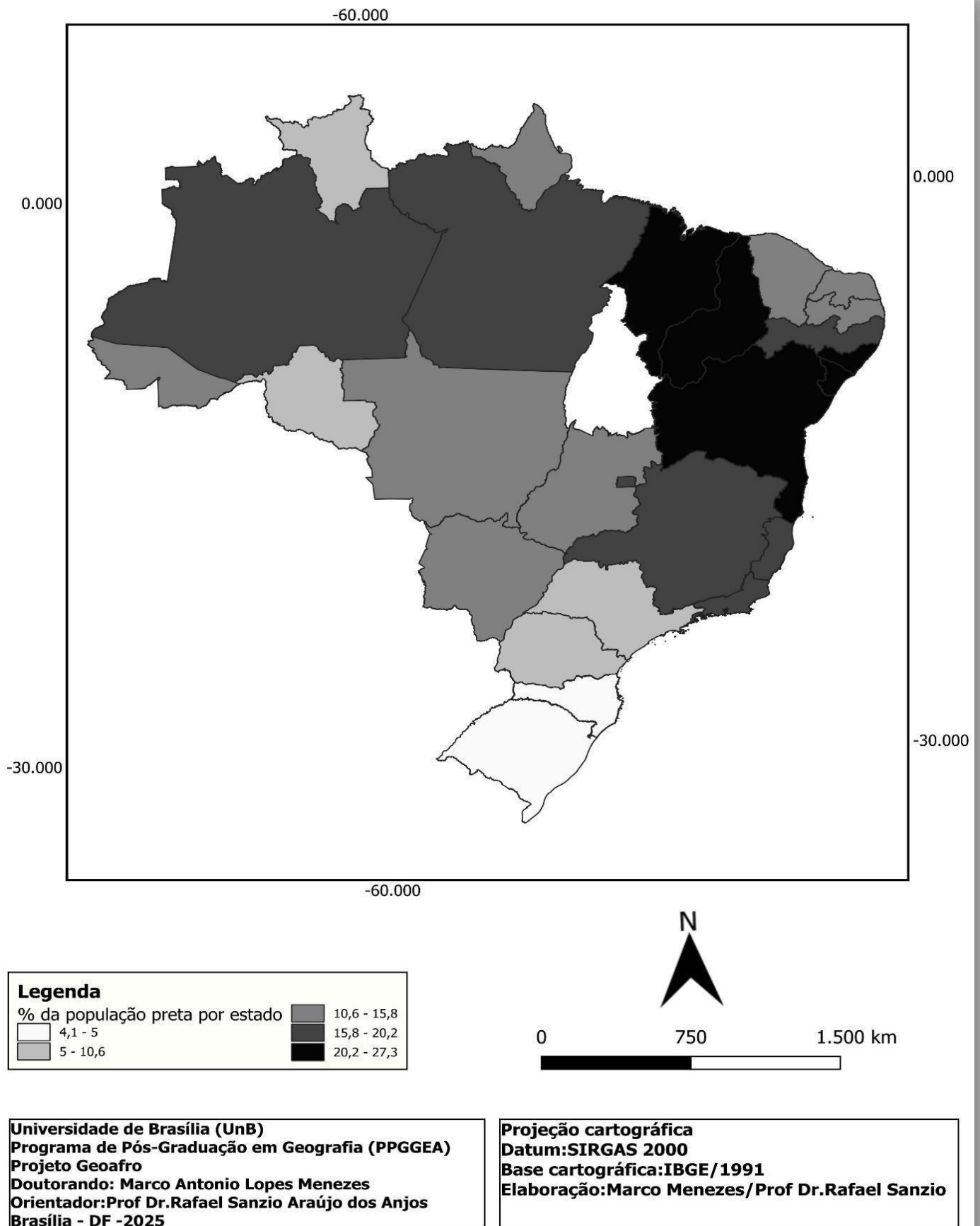
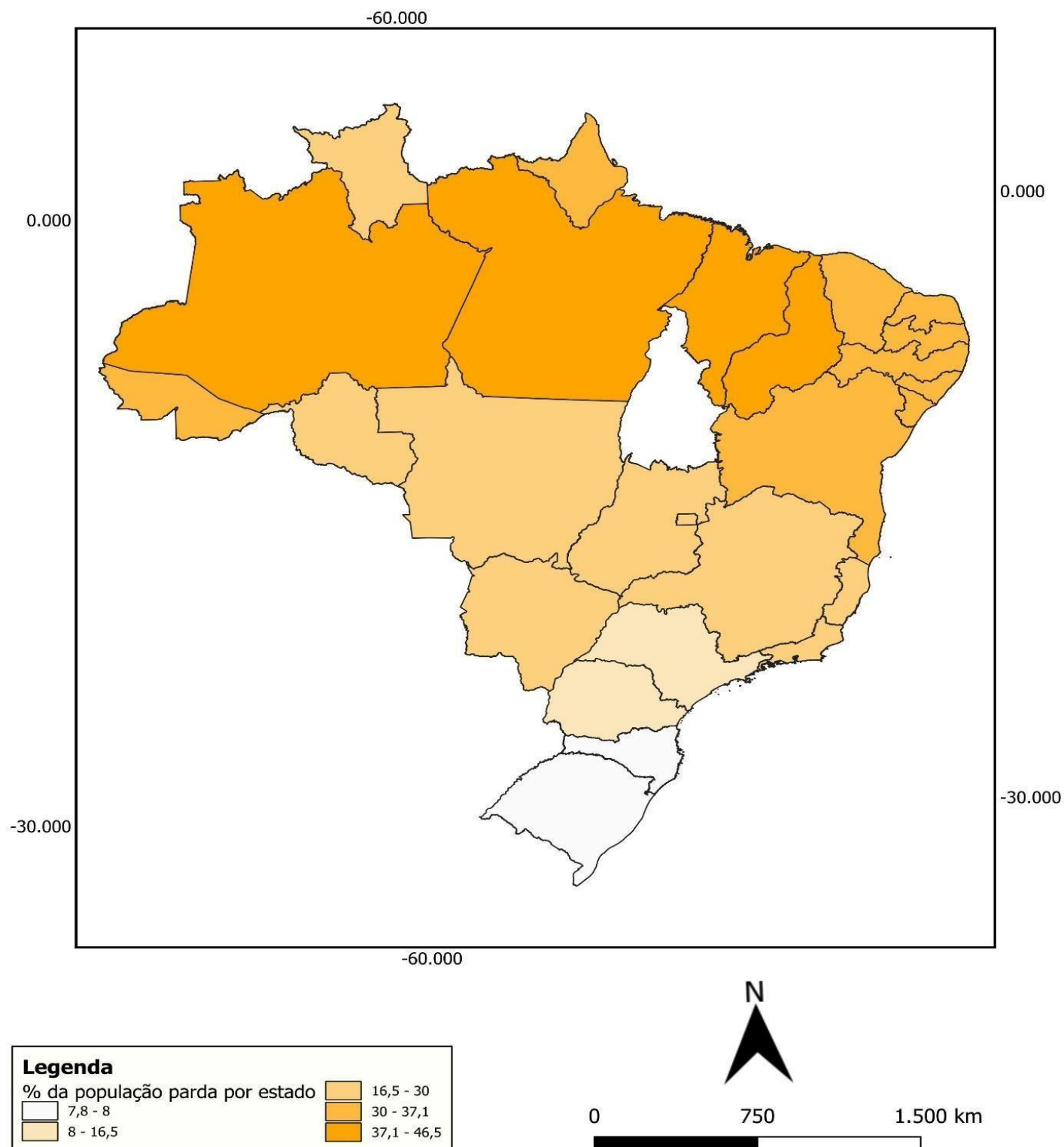


Figura 16 - Percentual da população preta por estados do Brasil – Censo do IBGE /1940

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1940**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.



Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEA)
Projeto Geoafro
Doutorando: Marco Antonio Lopes Menezes
Orientador: Prof Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Brasília - DF - 2025

Projeção cartográfica
Datum: SIRGAS 2000
Base cartográfica: IBGE/1991
Elaboração: Marco Menezes/Prof Dr. Rafael Sanzio

Figura 17 - Percentual da população parda por estados do Brasil – Censo do IBGE /1940

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1940: Pará**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

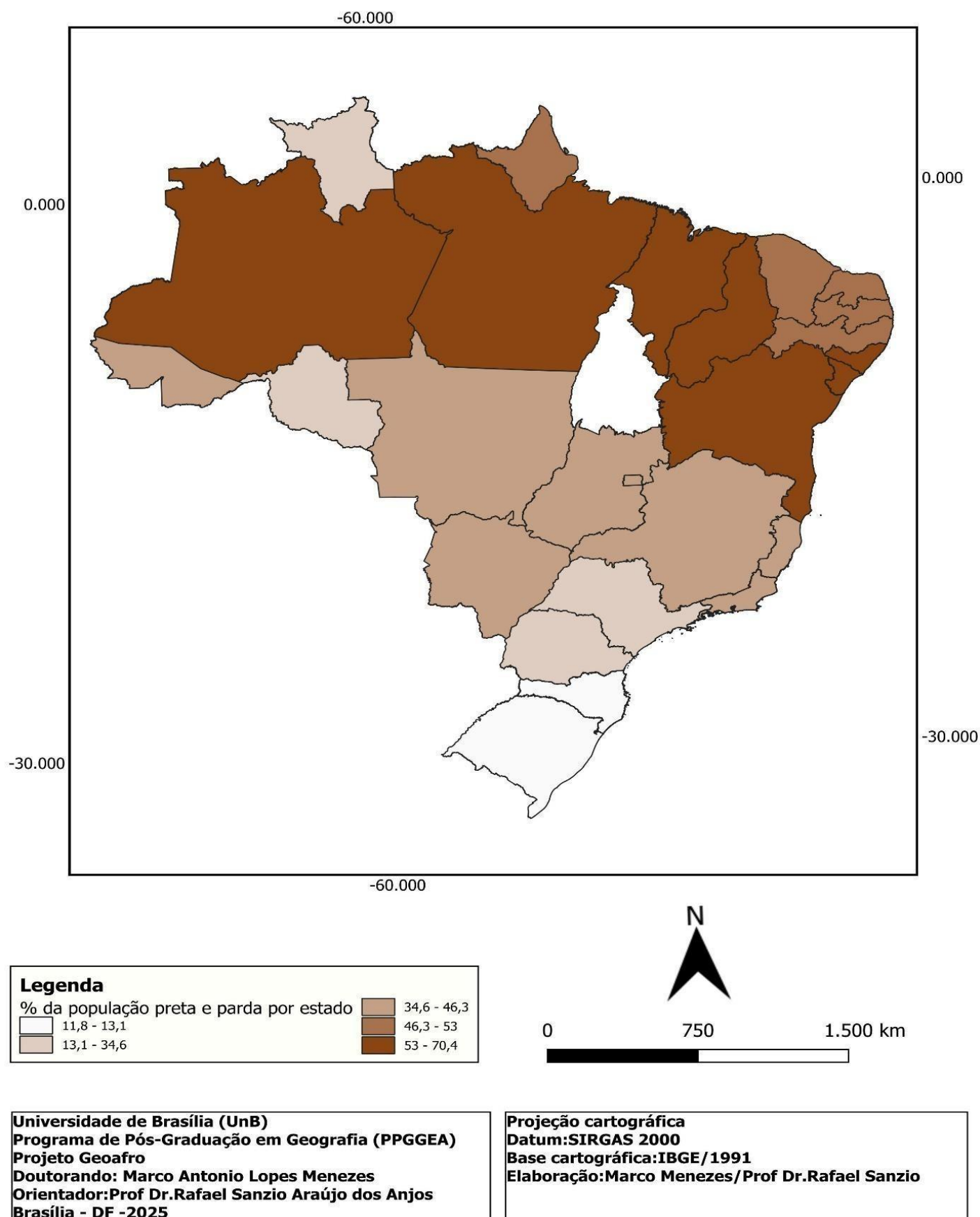


Figura 18 - Percentual da população preta e parda por estados do Brasil – Censo do IBGE /1940

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1940: Pará.** Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

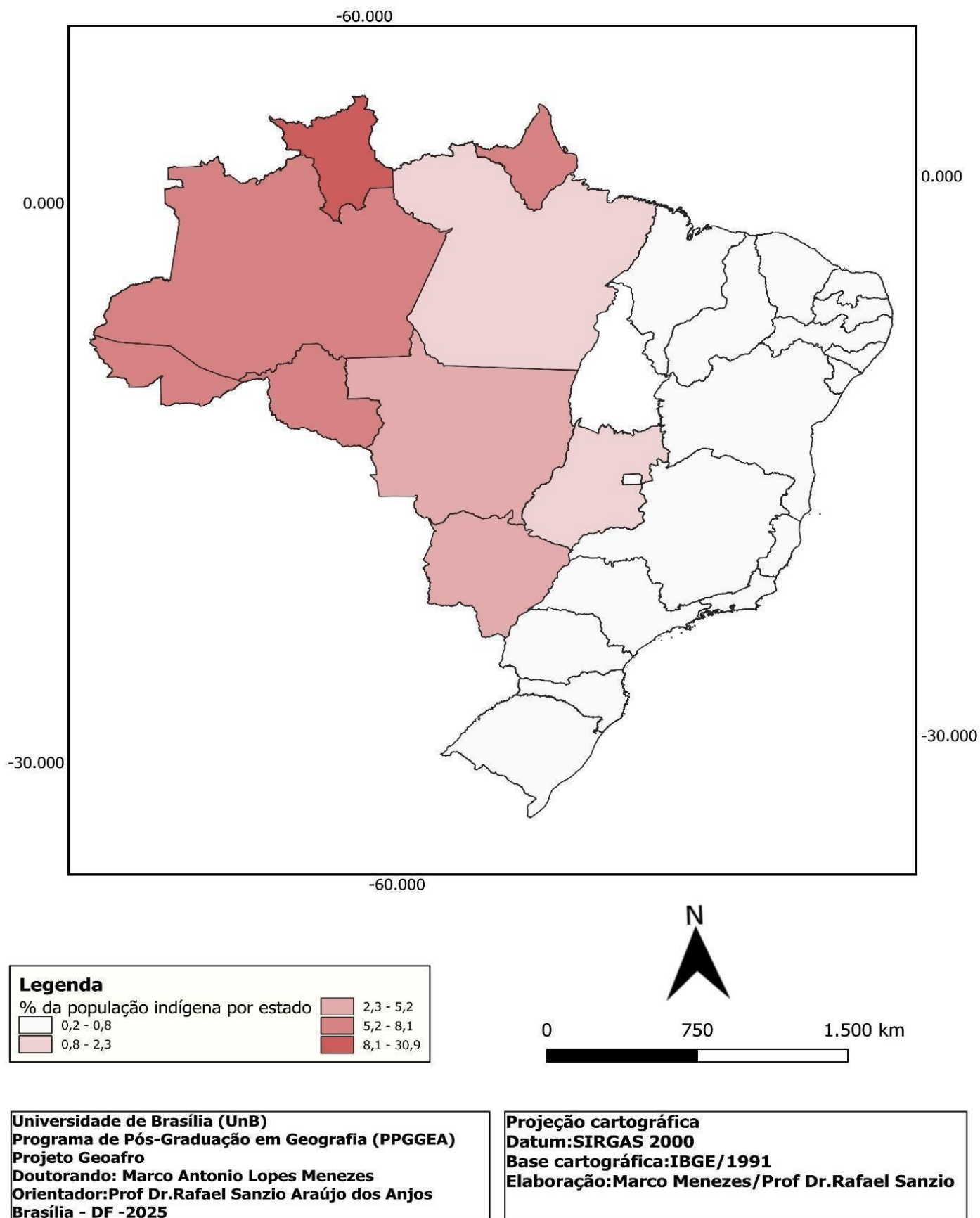


Figura 19- Percentual da população indígena por estados do Brasil – Censo do IBGE /1940

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1940**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.



Figura 20 - Estivador no Ver-o-Peso, Belém-1948

Fonte: Adaptado pelos autores (2025), com base em: VERGE, P. **Estivador em Belém. 1948.** Disponível em <https://pierreverger.org/biblioteca-4/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Os censos de 1950 e 1960, foi reintroduzida a categoria "pardo", marcando os primeiros recenseamentos a adotar o princípio da autodeclaração para a identificação étnico-racial. No entanto, o censo de 1970 excluiu completamente a variável étnico-racial, representando um retrocesso na captação da diversidade populacional brasileira.

A Figura 20, destaca um estivador pardo de Belém fotografado por Pierre Verger em 1948, exemplifica as contradições das categorias censitárias analisadas como a classificação "pardo" nos censos de 1950 e 1960 que reintroduziram o termo via autodeclaração, ele representaria justamente o grupo que os critérios baseados apenas na "tonalidade da pele", como destacado por Camargo (2010) para períodos anteriores, falharam em captar em sua complexidade. Esse problema foi agravado pela exclusão da variável racial em 1970, que obscureceu ainda mais as especificidades dessa população mestiça, majoritária em Belém, mas reduzida a estatísticas homogeneizantes. No censo de 1980, a variável étnico-racial foi reintroduzida no questionário amostral.

A Figura 21, mostra o percentual da população preta por estado em 1980, revela que o Pará apresentava índices intermediários de 8,2% a 19,4% superiores aos da região Sul 3,1% a 8,2%, porém inferiores aos do Nordeste. Essa posição intermediária pode ser explicada por três fatores principais: (1) o intenso processo de miscigenação regional; (2) a migração pós-abolição para outras regiões; e (3) o efeito das políticas de "pardalização" típicas da região Norte do país.

A Figura 22 exhibe que o Pará se destacava em 1980 como uma das unidades federativas com maior percentual de população parda entre 44,3% a 53,2%, superando a média nacional e ficando atrás apenas de estados como Bahia e Maranhão. Enquanto no Sudeste (como em São Paulo, com 21,4% a 34,1%) e no Sul (como em Santa Catarina, com 11,3% a 12,5%) os índices eram significativamente menores, o Pará apresentava uma distribuição mais homogênea, com altos percentuais tanto na capital quanto no interior, essa característica reflete o intenso processo de mestiçagem entre indígenas, africanos e europeus, típico da formação do território amazônico.

A Figura 23, que apresenta a população negra (pretos + pardos) por estados em 1980, evidencia que o Pará figurou entre as unidades federativas com maior presença negra (54,1% a 67%), superado apenas por Bahia, Maranhão e Pernambuco. Enquanto no Centro-Sul os percentuais não ultrapassavam 46,6%, na Amazônia paraense os números mantinham-se consistentemente altos, demonstrando a permanência marcante da herança africana mesmo um século após a abolição.

A Figura 24, destaca a porcentagem da população indígena por estados em 1980. Os dados oficiais posicionavam o Pará (0,4% a 0,7%) entre os estados com maior presença indígena, ao lado de Amazonas e Mato Grosso, embora tais percentuais claramente subestimasse a realidade demográfica. Enquanto em estados como Rio de Janeiro e Sergipe os índices não ultrapassavam 0,1%

a 0,2%, a Amazônia mantinha os maiores registros ainda que o critério censitário de "indígena autodeclarado" falhasse em captar a complexidade étnica da região, particularmente as populações mestiças urbanas.

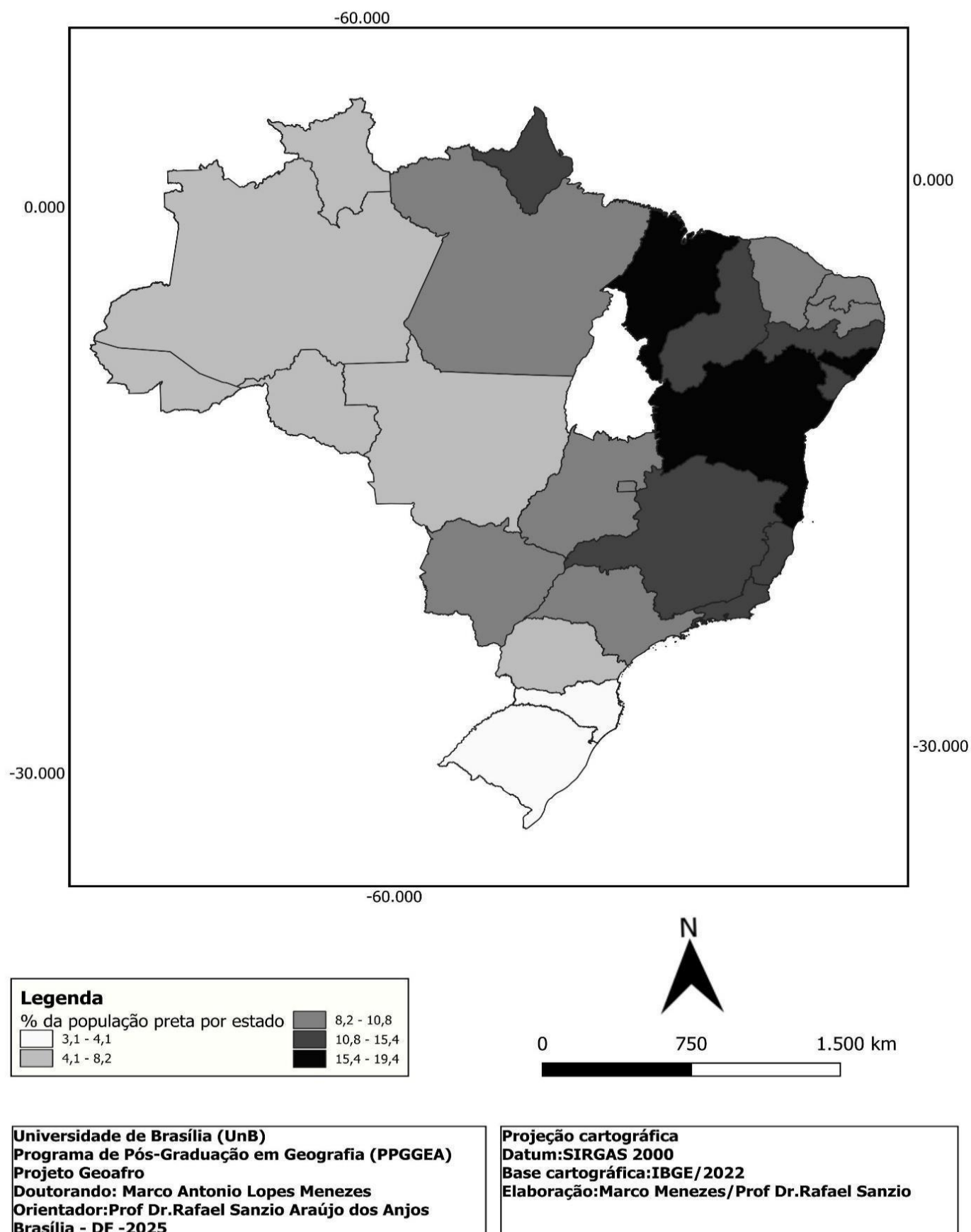


Figura 21 - Percentual da população preta por estados do Brasil – Censo do IBGE /1980

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1980**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

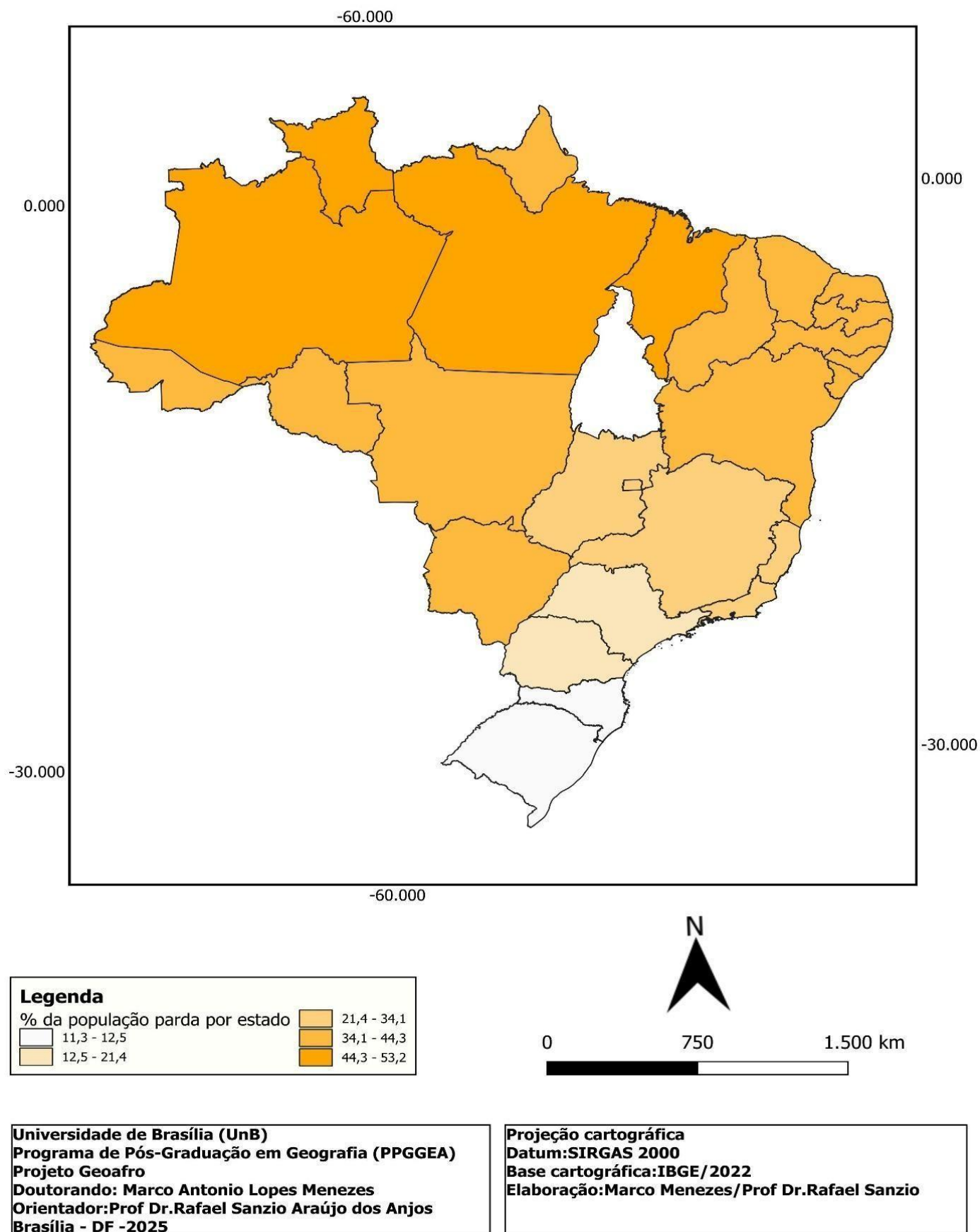


Figura 22- Percentual da população parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/1980

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1980**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

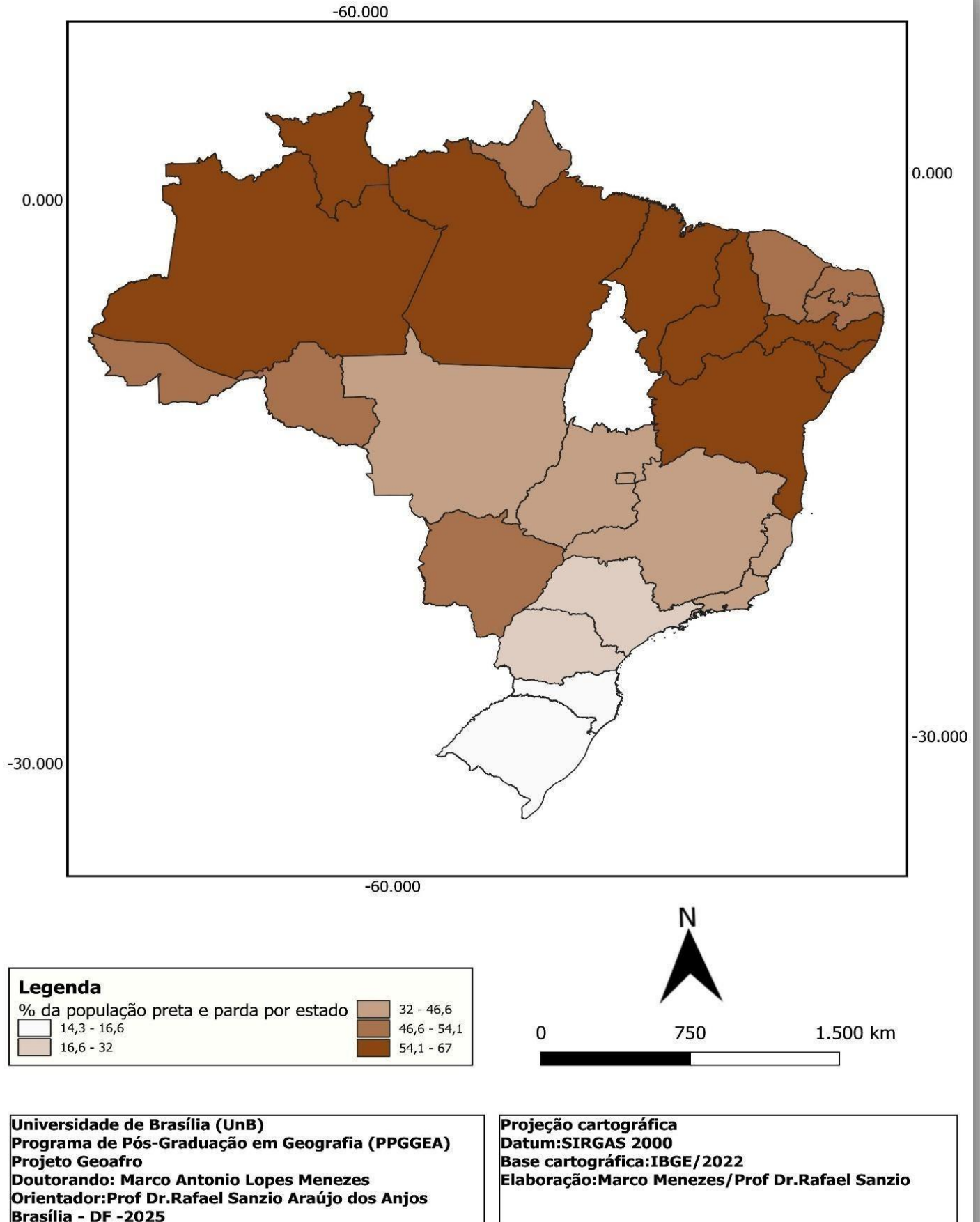


Figura 23- Percentual da população preta e parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/ 1980

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1980**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

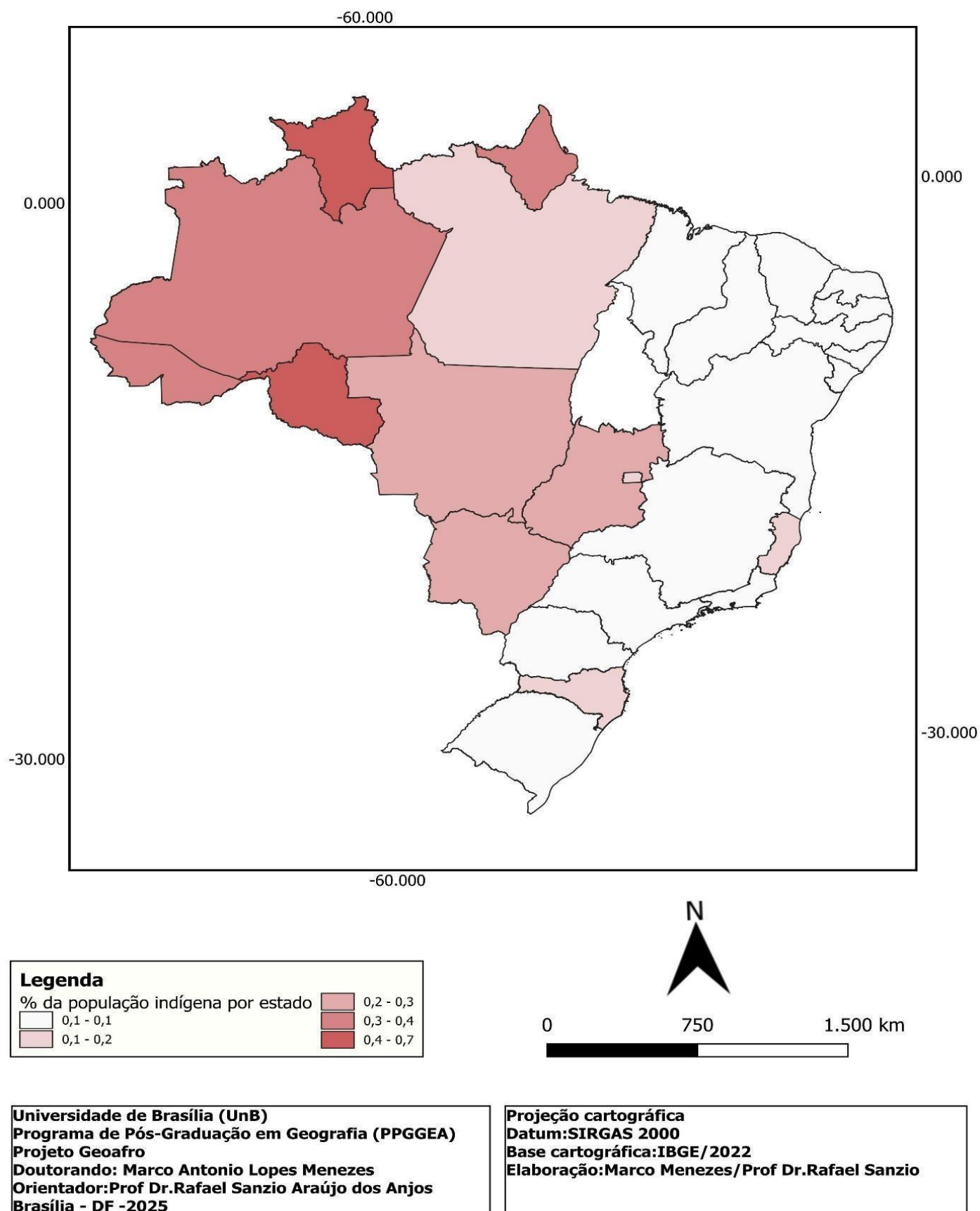


Figura 24 - Percentual da população indígena por estados do Brasil – Censo do IBGE/1980

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1980**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1980

Em 1991, após um século de ausência, foi reintroduzida a categoria "indígena" nos questionários censitários, juntamente com uma reformulação da pergunta sobre raça ou cor. No censo de 2000, o quesito foi novamente modificado para "cor ou raça", e em 2010, essa pergunta voltou a ser aplicada à totalidade da população, marcando um avanço na captação da diversidade étnico-racial do país.

A Figura 25 destaca o percentual da população preta por estado em 1991, revelando uma distribuição ainda concentrada, com percentuais entre 2% e 15% por unidade federativa. O Pará figurou entre os estados com maiores índices (11% a 15%). Em comparação com os censos de 1940 e 1980, observa-se um crescimento relativo dessa população no estado, possivelmente associado a migrações internas e ao êxodo rural pós-década de 1970, no entanto, os dados ainda refletem subnotificação histórica, uma vez que, em 1940, a categoria "preto" era frequentemente diluída em "pardo", a persistência de percentuais baixos em escala nacional inferiores a 5% na maioria dos estados evidencia as limitações da autoidentificação em contextos de estigmatização racial.

A Figura 26 mostra o percentual da população parda por estados em 1991, com índices entre 31% e 70%, a população parda dominava demograficamente o Pará, seguindo uma tendência consolidada desde 1940. Em Belém, esse grupo superava 60%, refletindo tanto processos históricos de miscigenação quanto o legado de políticas de "branqueamento" que incentivavam a assimilação de identidades não brancas. A comparação com 1980 revela um aumento na proporção de pardos, possivelmente vinculado a mudanças metodológicas do IBGE e a uma maior valorização social dessa identidade, ainda assim, a categoria "pardo" permaneceu como um guarda-chuva estatístico que velava especificidades culturais e étnicas.

A Figura 27 aborda a soma de pretos e pardos em 1991, que no Pará representava entre 61% e 75% da população, reafirmando a predominância afrodescendente na região padrão já observado em 1940, mas com nuances. A comparação com 1980 indica estabilidade nos percentuais gerais, porém com mudanças significativas na distribuição espacial intraestadual.

A Figura 28 destaca o percentual da população indígena por estado em 1991. No Pará, os índices variaram entre 2,8% e 8,6%, em comparação com 1940, houve um aumento estatístico expressivo (de 0,9% para até 8,6% em algumas unidades federativas), mas esse crescimento decorreu de melhorias na cobertura censitária de áreas remotas e da maior eficácia na identificação de comunidades indígenas, não necessariamente de um crescimento populacional real.

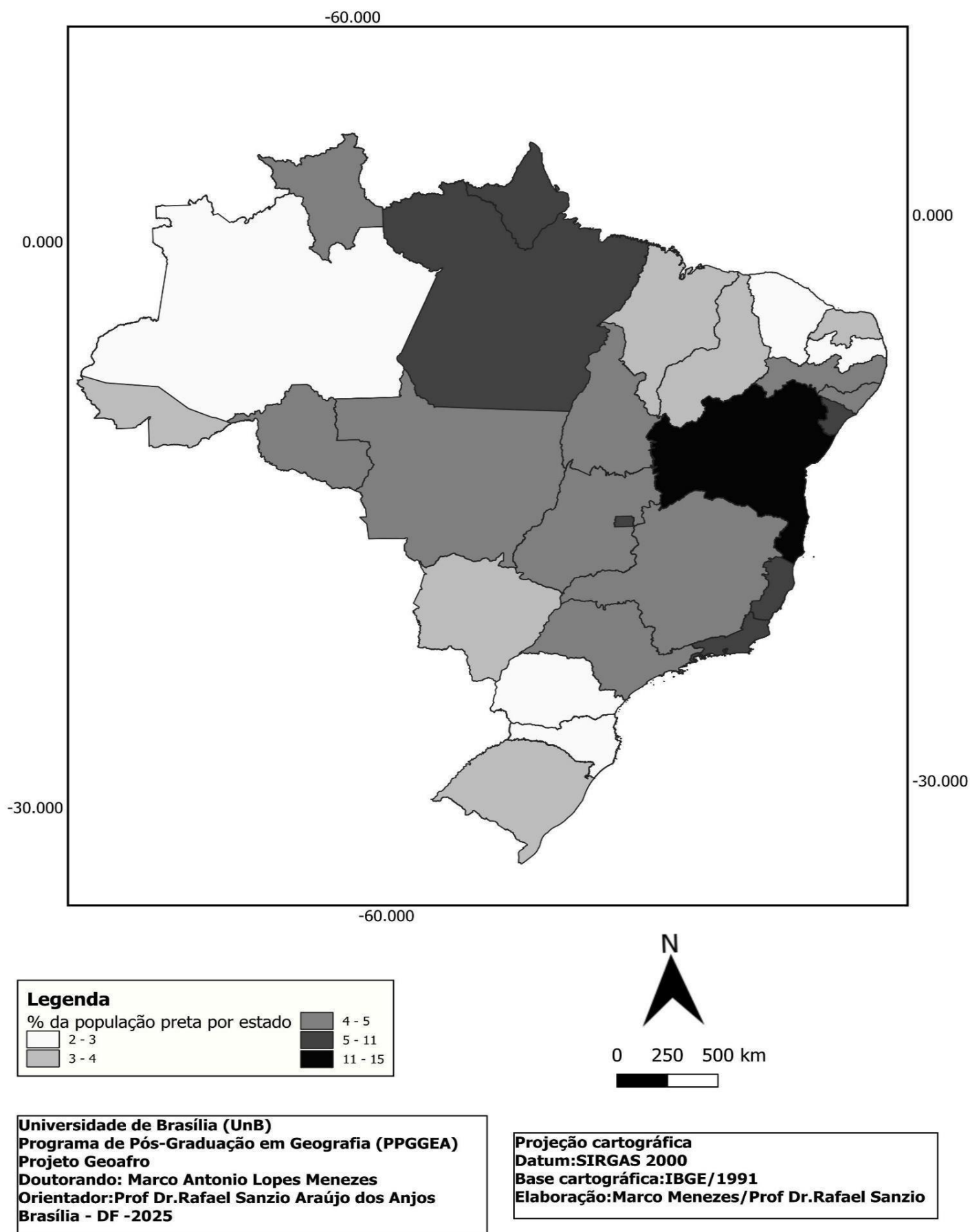


Figura 25 - Percentual da população preta por estados do Brasil – Censo do IBGE/1991

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1991**; Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

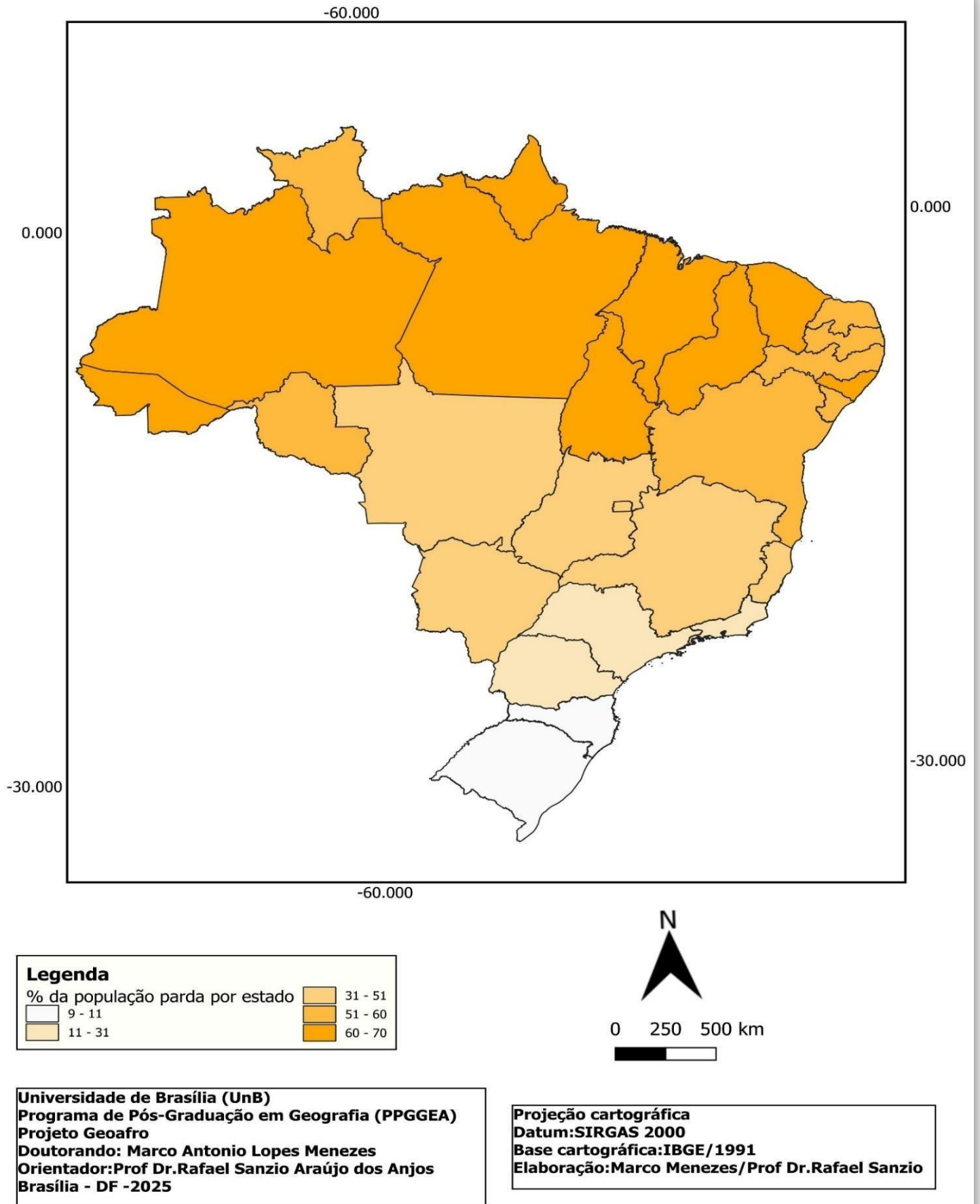


Figura 26 - Percentual da população parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/1991

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1991**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

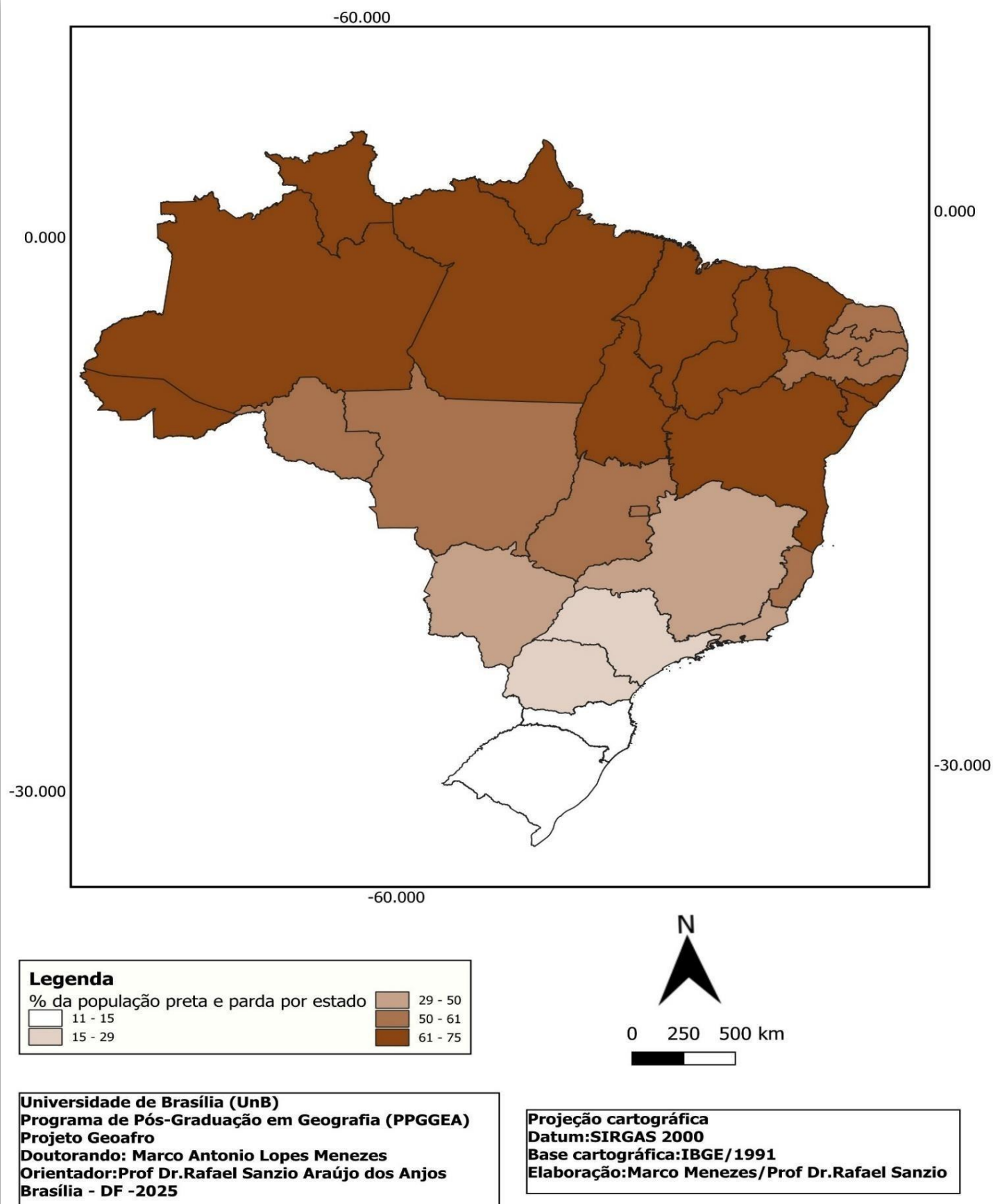


Figura 27 - Percentual da população preta e parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/1991

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1991**. Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

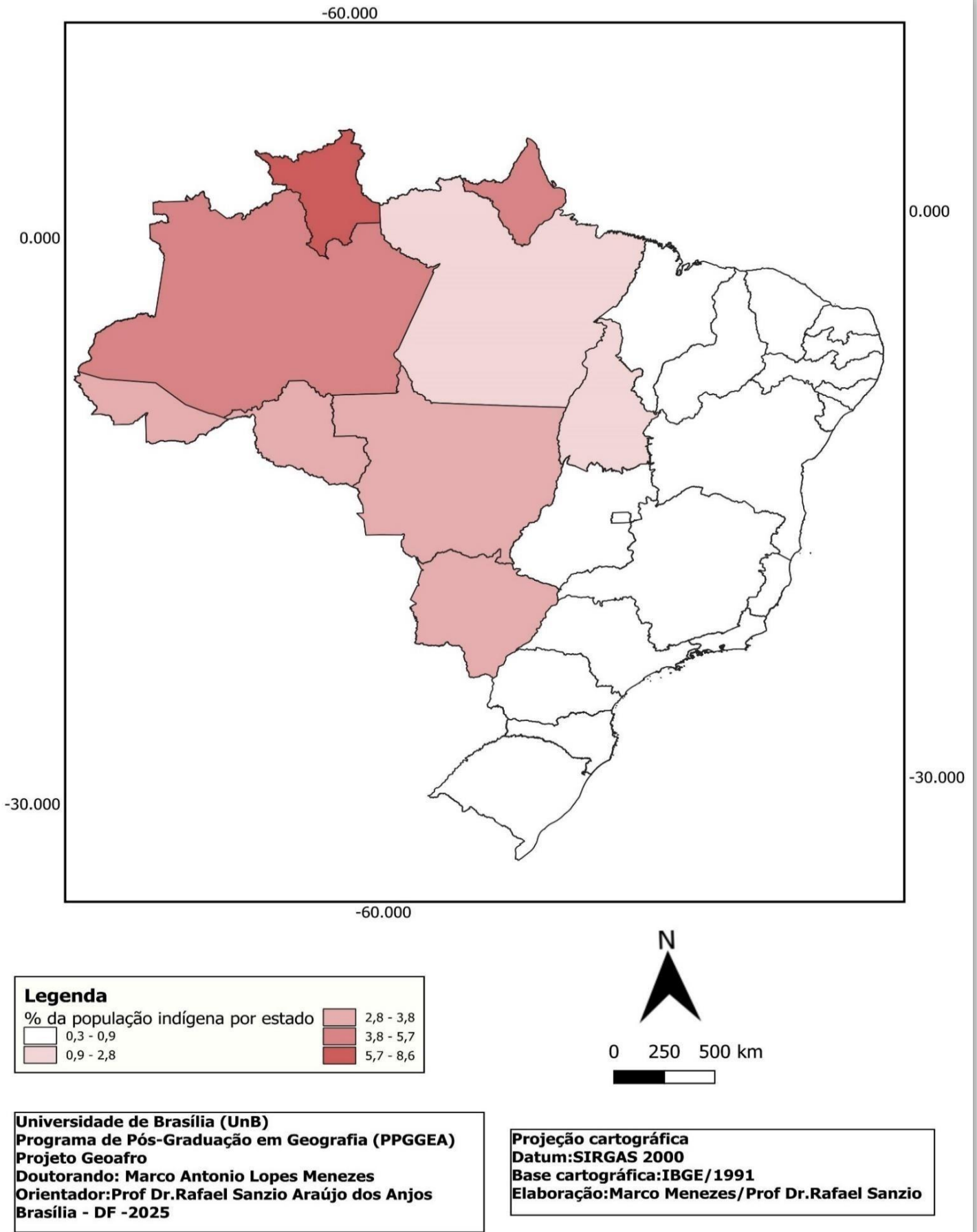


Figura 28- Percentual da população preta e parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/1991

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 1991**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

A Figura 29 apresenta o percentual da população preta por estado no censo de 2000 e revela que, no Pará, esse grupo atingiu patamares entre 12% e 17%, representando um crescimento significativo em relação a 1991 (que variava de 11% a 15%). Esse aumento reflete três processos principais: (1) a maior precisão metodológica do IBGE ao adotar o critério de autodeclaração; (2) o impacto dos movimentos negros organizados na década de 1990; e (3) migrações de identidade, nas quais indivíduos que se declaravam pardos em censos anteriores assumiram a identidade preta.

A Figura 30 destaca o percentual da população parda por estado no censo de 2000, no Pará, a população parda apresentou índices entre 62% e 72%, mantendo-se como categoria majoritária, porém com uma redução de 3 a 5 pontos percentuais em relação a 1991. A análise comparativa com 1980 revela que a categoria "pardo" perdeu parte de seu caráter de padrão racial hegemônico, especialmente entre jovens urbanos, refletindo mudanças significativas nos processos de identificação étnico-racial.

A Figura 31 enfatiza o percentual da população negra (pretos + pardos) por estados no censo de 2000, que alcançou 63% a 77% no Pará, reafirmando a base demográfica afrodescendente da região. A novidade deste censo foi a emergência de padrões espaciais diferenciados enquanto em 1991 a distribuição era relativamente homogênea, em 2000 observaram-se concentrações específicas em áreas urbanas e rurais.

A Figura 32 salienta o percentual da população indígena por estados em 2000. No Pará, os índices variaram de 3,6% a 6,5%, representando um aumento de aproximadamente 40% em relação a 1991. Esse crescimento deve-se principalmente a: (1) melhoria na cobertura de áreas remotas; (2) maior reconhecimento étnico após a Constituição de 1988; e (3) inclusão de populações indígenas urbanas anteriormente subnotificadas.

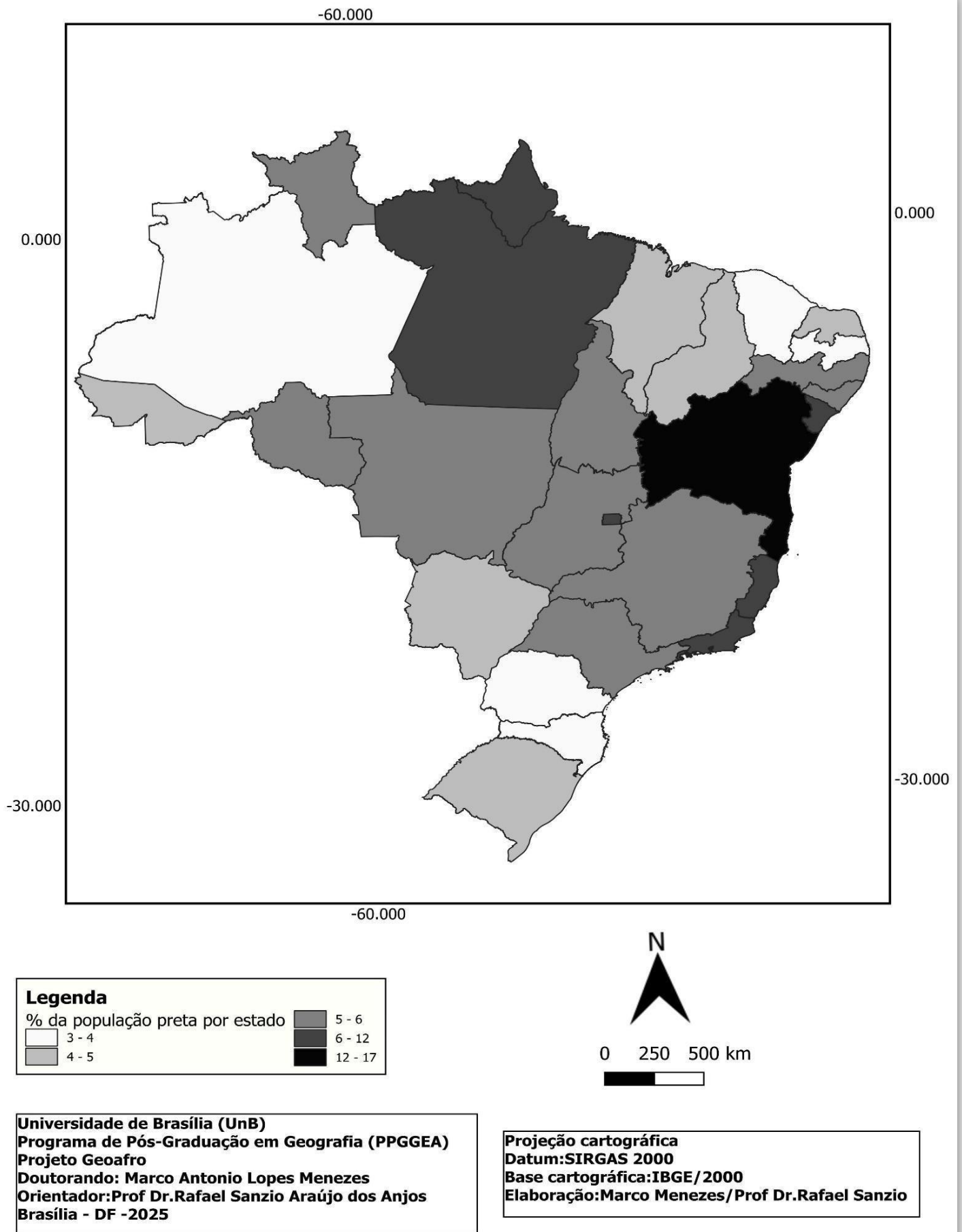


Figura 29 - Percentual da população preta por estados do Brasil – Censo do IBGE/2000

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2000**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

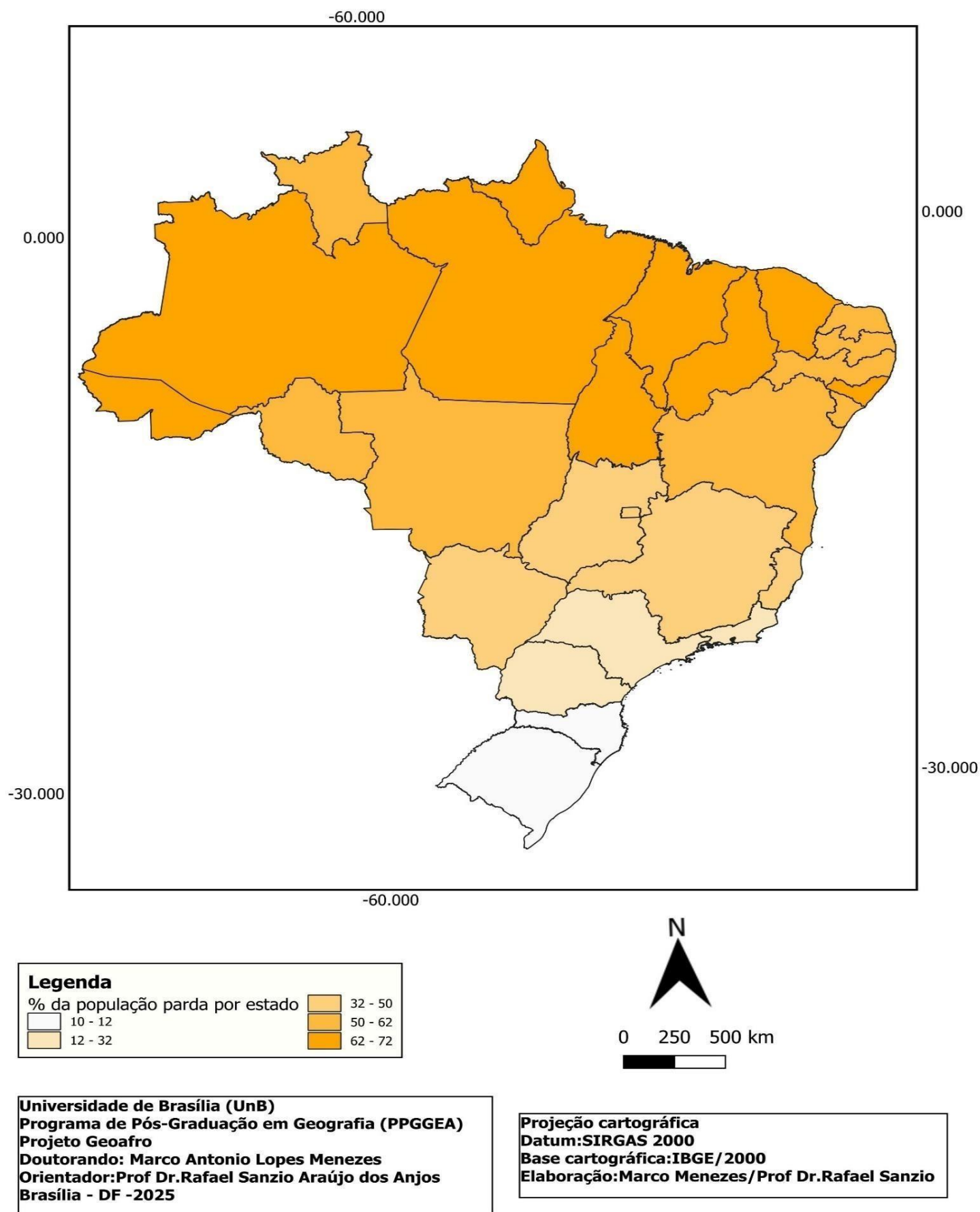


Figura 30 - Percentual da população preta por estados do Brasil – Censo do IBGE/2000

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2000**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

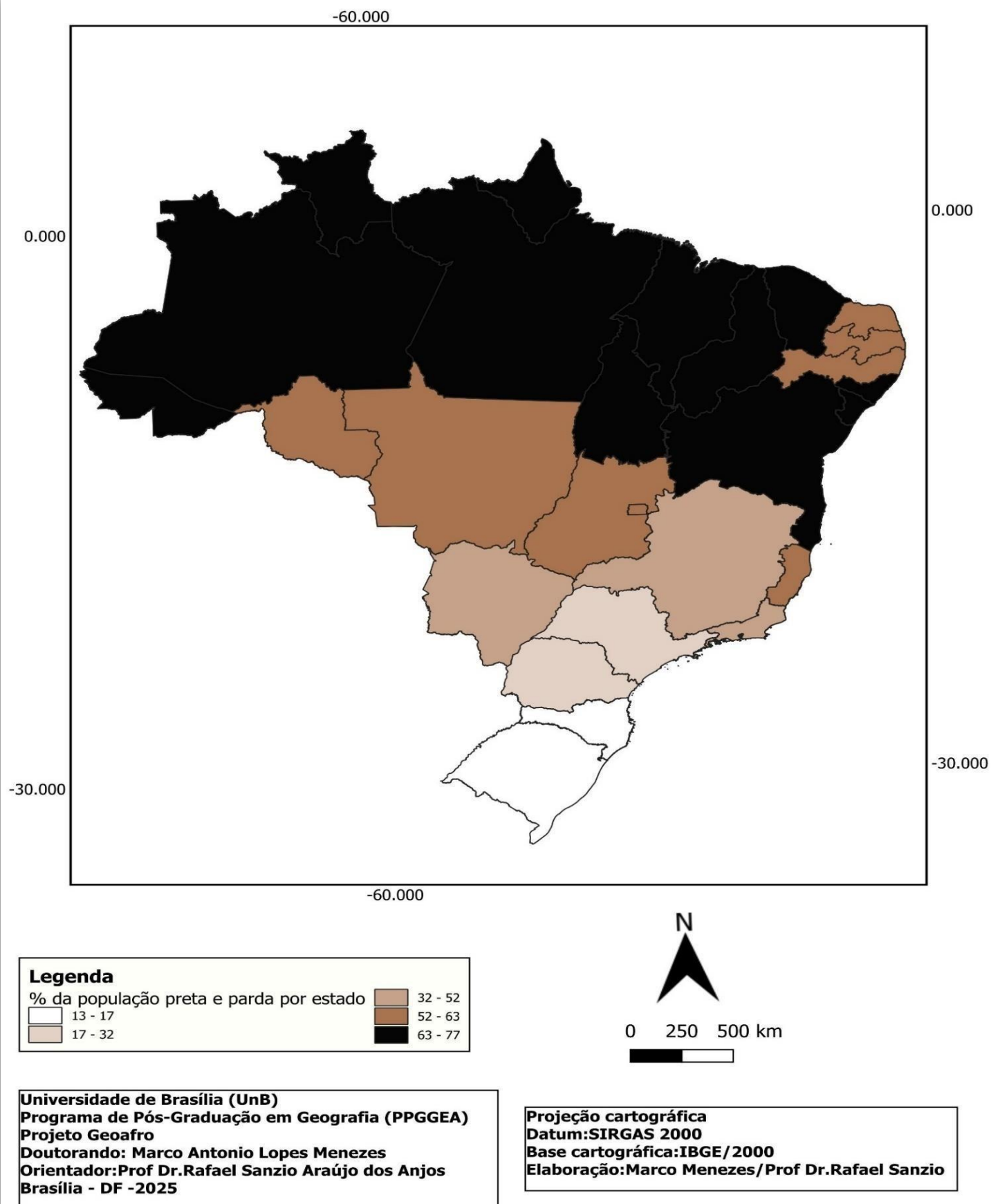


Figura 31 - Percentual da população preta e parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/2000

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2000**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

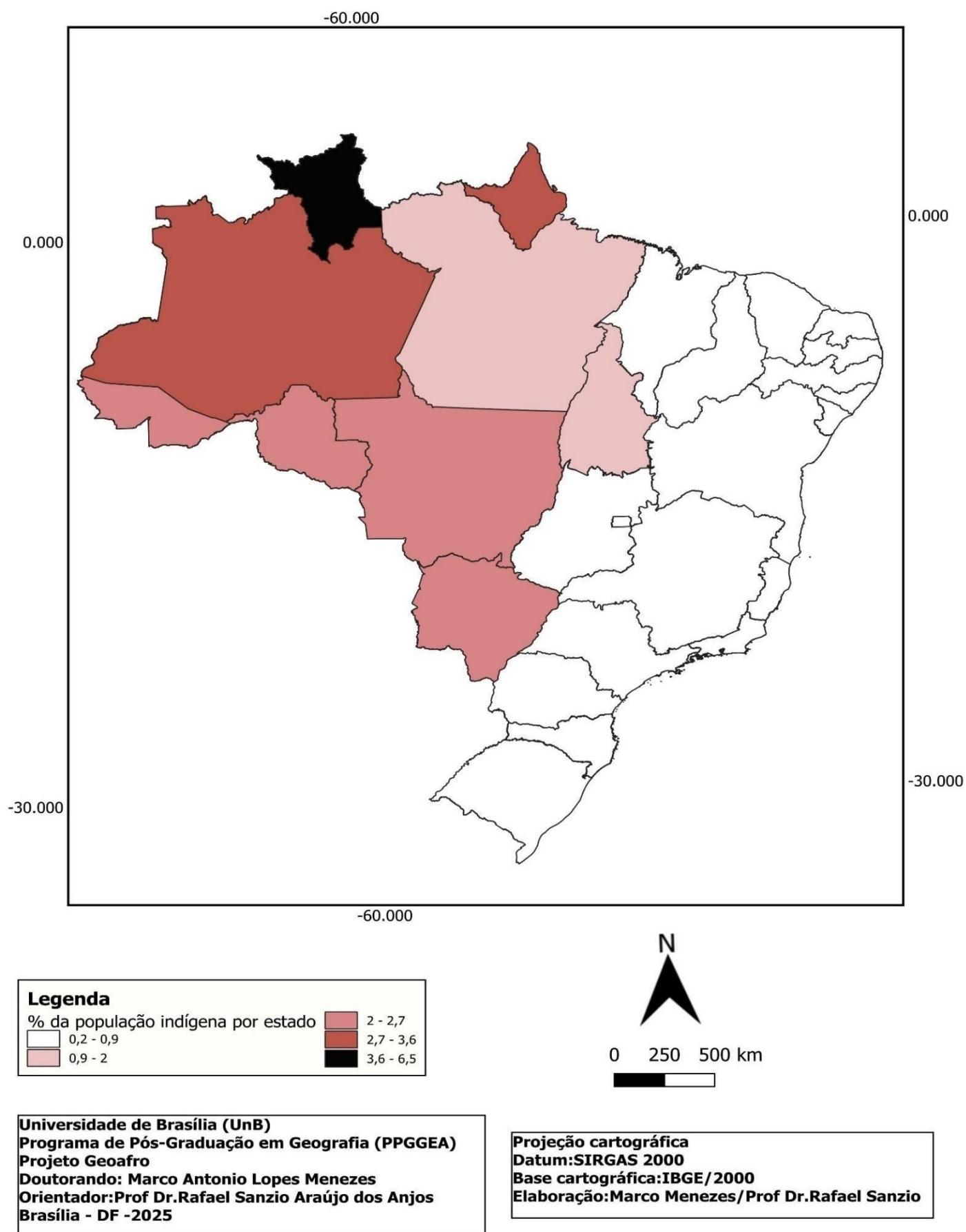


Figura 32 - Percentual da população preta e parda por estados do Brasil – Censo do IBGE/2000

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2000**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 200

A Figura 33 apresenta o percentual da população preta por setor censitário em Belém e seu entorno no censo de 2010, revelando uma significativa reconfiguração espacial desse grupo. Enquanto áreas centrais como Batista Campos e Nazaré apresentam percentuais entre 4,6% e 11,8%, as periferias emergentes especialmente o distrito de Icoaraci e as baixadas (áreas com cotas topográficas mais baixas, próximas a rios e igarapés canalizados), historicamente ocupadas por populações de baixa renda atingiram valores entre 20,8% e 43,7%. Este padrão reflete: (1) processos de expulsão populacional do centro histórico devido à valorização imobiliária; (2) a formação de novos territórios negros em áreas de ocupação organizada; e (3) o fortalecimento da autoidentificação preta após políticas de ação afirmativa.

Destaca-se o contraste entre o baixo percentual no centro administrativo (áreas de cota topográfica mais alta), com 7,8%, versus os 38,2% registrados nos bairros da porção sul de Belém (áreas de cota mais baixa).

Ananindeua, município conurbado a Belém, destaca-se com os maiores percentuais (15% a 20,8%) em bairros como Jaderlândia, vinculados ao eixo rodoviário da BR-316, enquanto municípios como Marituba e Benevides, também na Região Metropolitana de Belém, apresentaram índices mais baixos (11,8% a 15%). A periferização da população preta já era evidente, com crescimento de 12% nas franjas urbanas, antecipando a segregação espacial aprofundada em 2022.

A Figura 34 apresenta a distribuição da população parda por setor censitário em Belém e seu entorno em 2010. Nota-se que a população parda se mantém majoritária, porém com distribuição desigual: áreas como o Distrito de Outeiro variaram entre 60,2% e 68,5%, contrastando com bairros de classe média alta (Nazaré, Batista Campos), onde os percentuais variaram de 48,6% a 60,2%. A análise comparativa com 1980 mostra: (1) redução de 8% nos bairros centrais; (2) crescimento de 12% nas periferias norte (sentido Rodovia Augusto Montenegro–Icoaraci); e (3) estabilização em áreas tradicionais como Icoaraci. Esses dados questionam a tese da "democracia racial", evidenciando como a "pardalização" em Belém correlaciona-se diretamente com indicadores de exclusão socioespacial.

Ananindeua emerge como o município mais pardo, com população entre 60,2% e 68,5%, especialmente ao longo da BR-316, enquanto Santa Isabel do Pará que mantém comunidades tradicionais ribeirinhas apresentou variação de 54,3% a 60,2%. Benevides, em contraste, exhibe variações abruptas (48,6% a 54,3%), revelando a expansão de loteamentos de classe média que atraíram migrantes de outras regiões

A Figura 35 realiza uma análise agregada dos dados do censo de 2010, confirmando Belém como uma cidade majoritariamente negra (74,6% nos setores de menor IDH), com padrões claros de exclusão socioespacial: (1) o eixo central (53,2% a 66,2%) exhibe um processo de branqueamento progressivo; (2) o corredor periférico norte (sentido Rodovia Augusto Montenegro–Icoaraci) e sul (orla sul - bairros do Jurunas, Condor, Guamá e Cremação) concentram população negra (66,2% a 74,6%); e (3) bolsões de exclusão racial em condomínios de elite (28,9% a 53,2%). A comparação interdecadal revela que a disparidade centro-periferia aumentou de 22% em 1980 para 31% em 2010.

A análise agregada confirmou Ananindeua e Marituba como núcleos metropolitanos majoritariamente negros (74,5% a 82,7%), enquanto o município de Santa Izabel do Pará manteve padrões rurais históricos (66,2% a 74,5%). Benevides emergiu como área de transição (63% a 66,2%), com disparidades de 31% entre centros e periferias cenário que se agravou na década seguinte.

A Figura 36 apresenta a distribuição da população indígena por setor censitário em Belém e entorno em 2010. Embora ainda subnotificados, os dados revelam avanços metodológicos significativos: (1) registro de comunidades urbanas no bairro da Terra Firme (área de baixada), com 1,75% a 3,16%; (2) identificação de núcleos em áreas de preservação ambiental; e (3) reconhecimento da presença indígena miscigenada em contextos urbanos.

Em 2010, a população indígena concentrava-se principalmente em Ananindeua (1,05% a 3,16%), especialmente nas áreas ribeirinhas do rio Maguari, enquanto Marituba apresentava índices menores (0,29% a 1,05%) ao longo do igarapé do Una. Benevides e Santa Izabel do Pará registravam menos de 0,29%, exceto em zonas de floresta preservada, refletindo os impactos da urbanização acelerada na redução da visibilidade demográfica desses grupos.

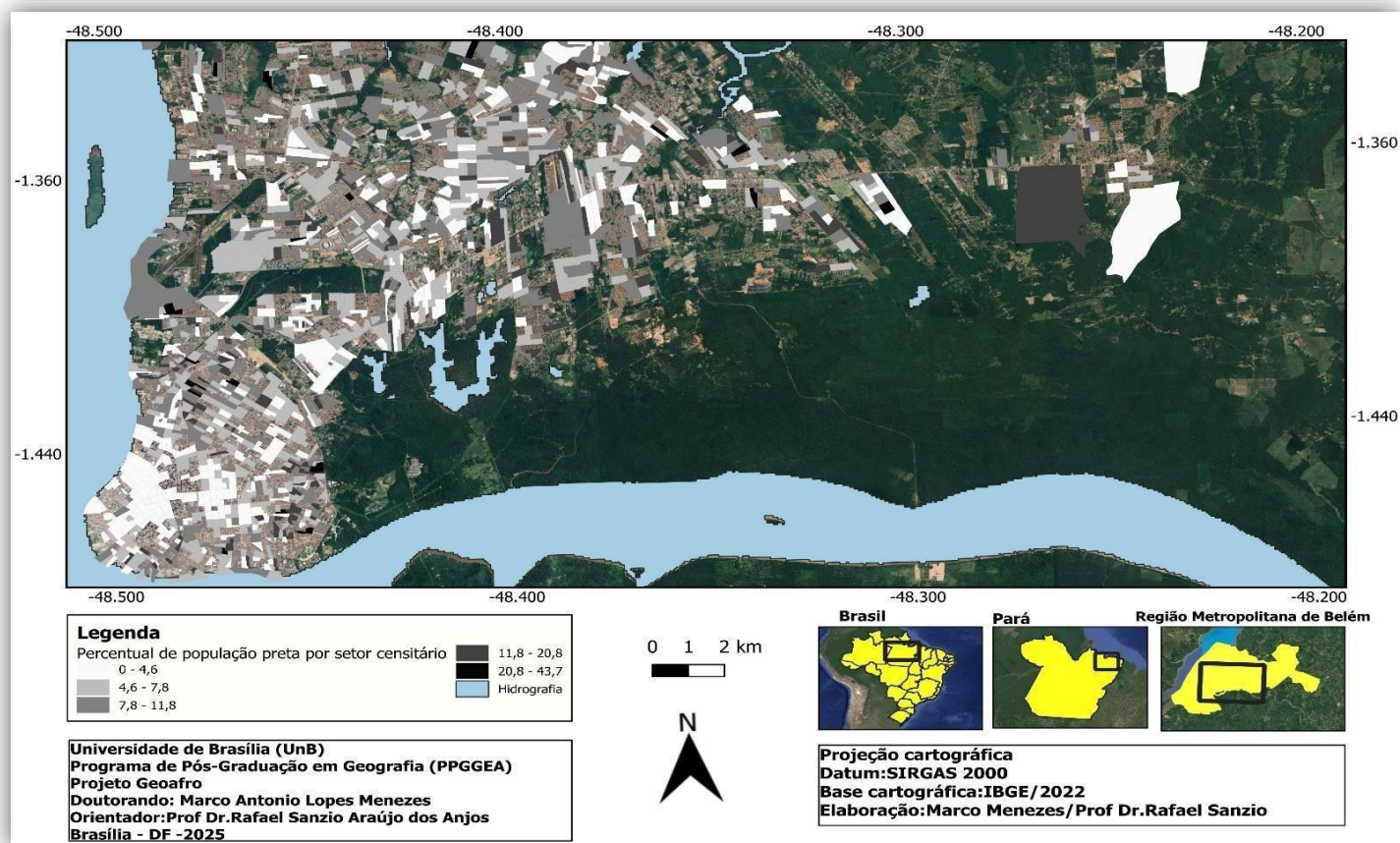


Figura 33 - Percentual da população preta por setor censitário de Belém – PA e seu entorno - Censo/2010
 Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2010**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

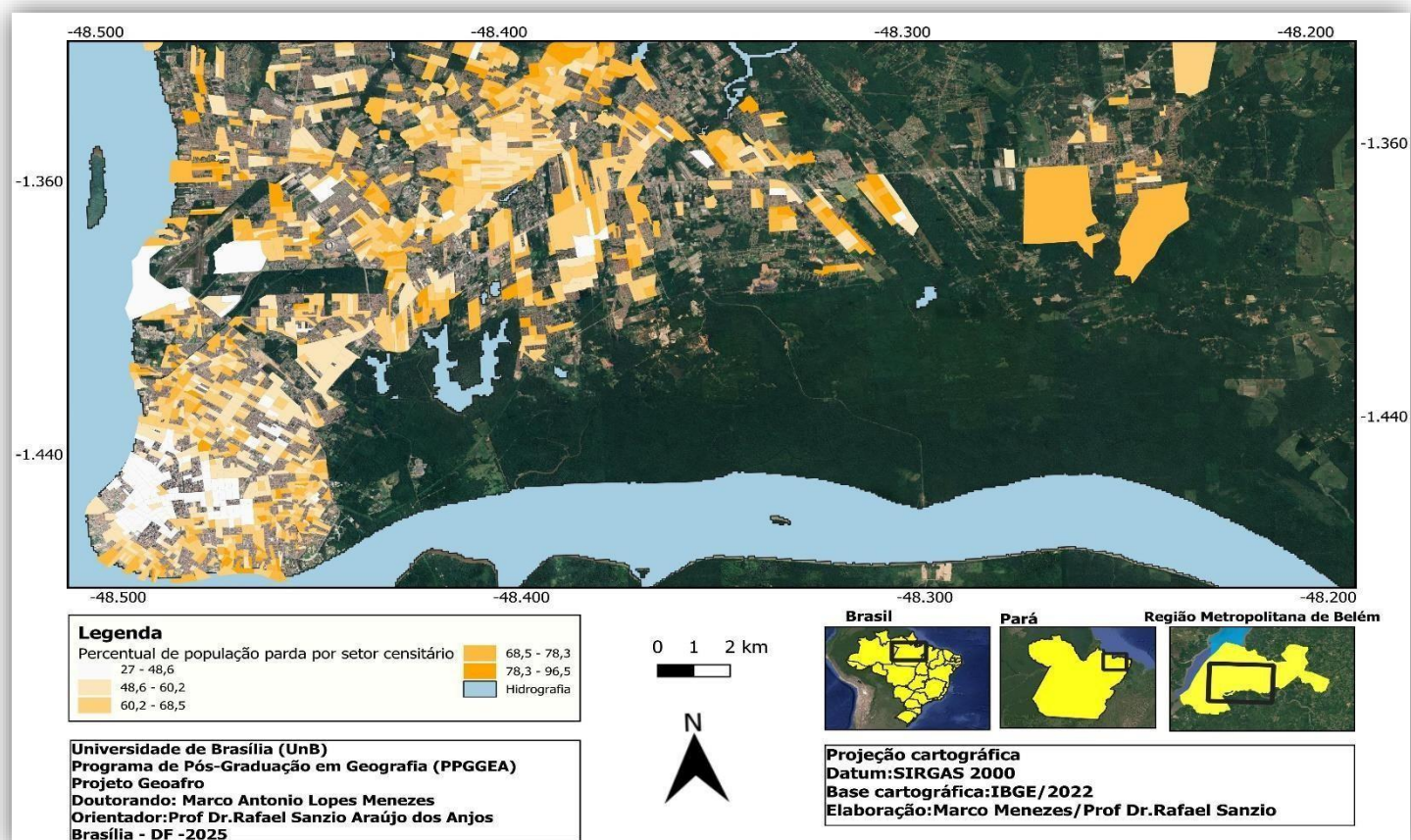


Figura 34 - Percentual da população parda por setor censitário de Belém - PA e seu entorno- Censo/2010
 Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2010**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

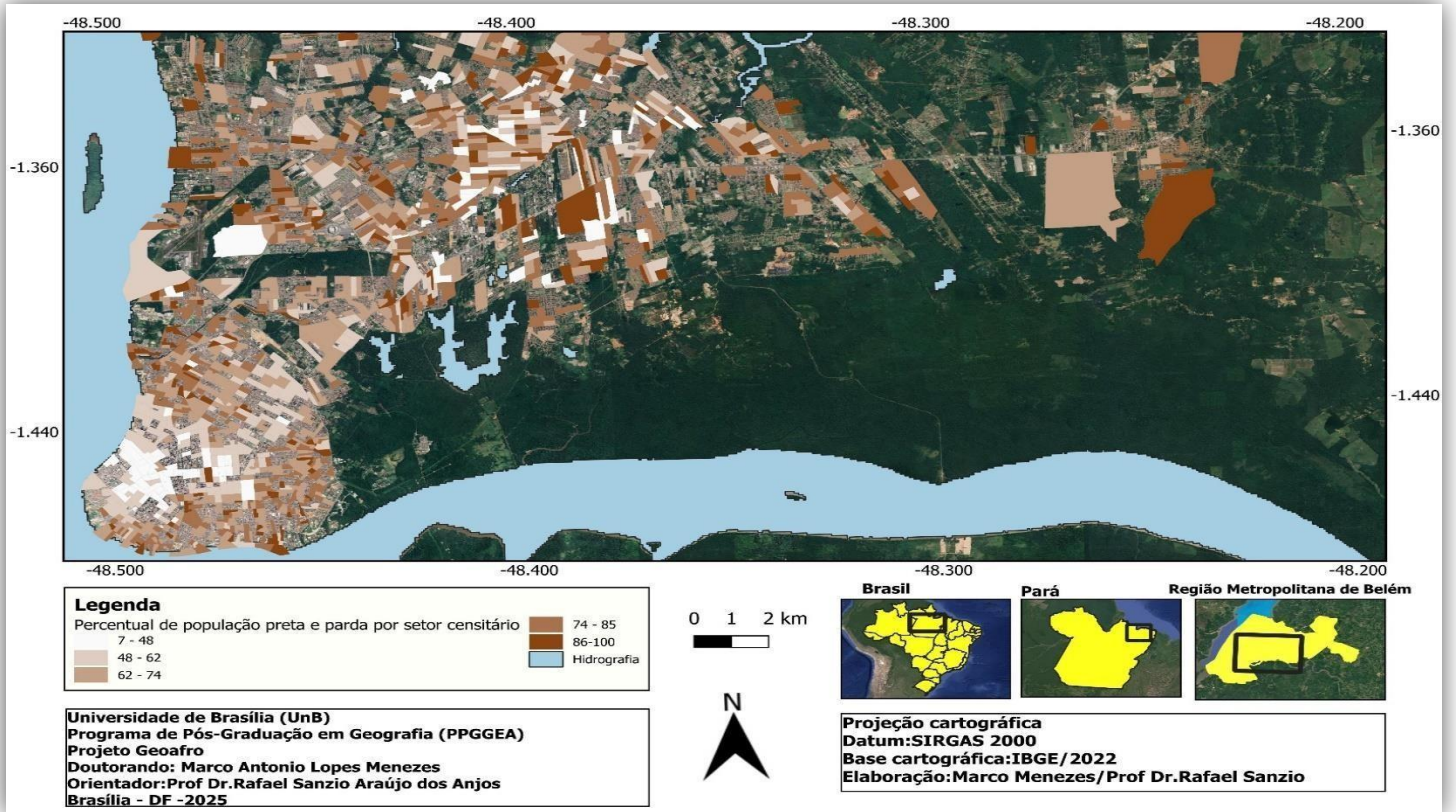


Figura 35- Percentual da população preta e parda por setor censitário de Belém - PA e seu entorno - Censo/2010
 Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2010**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

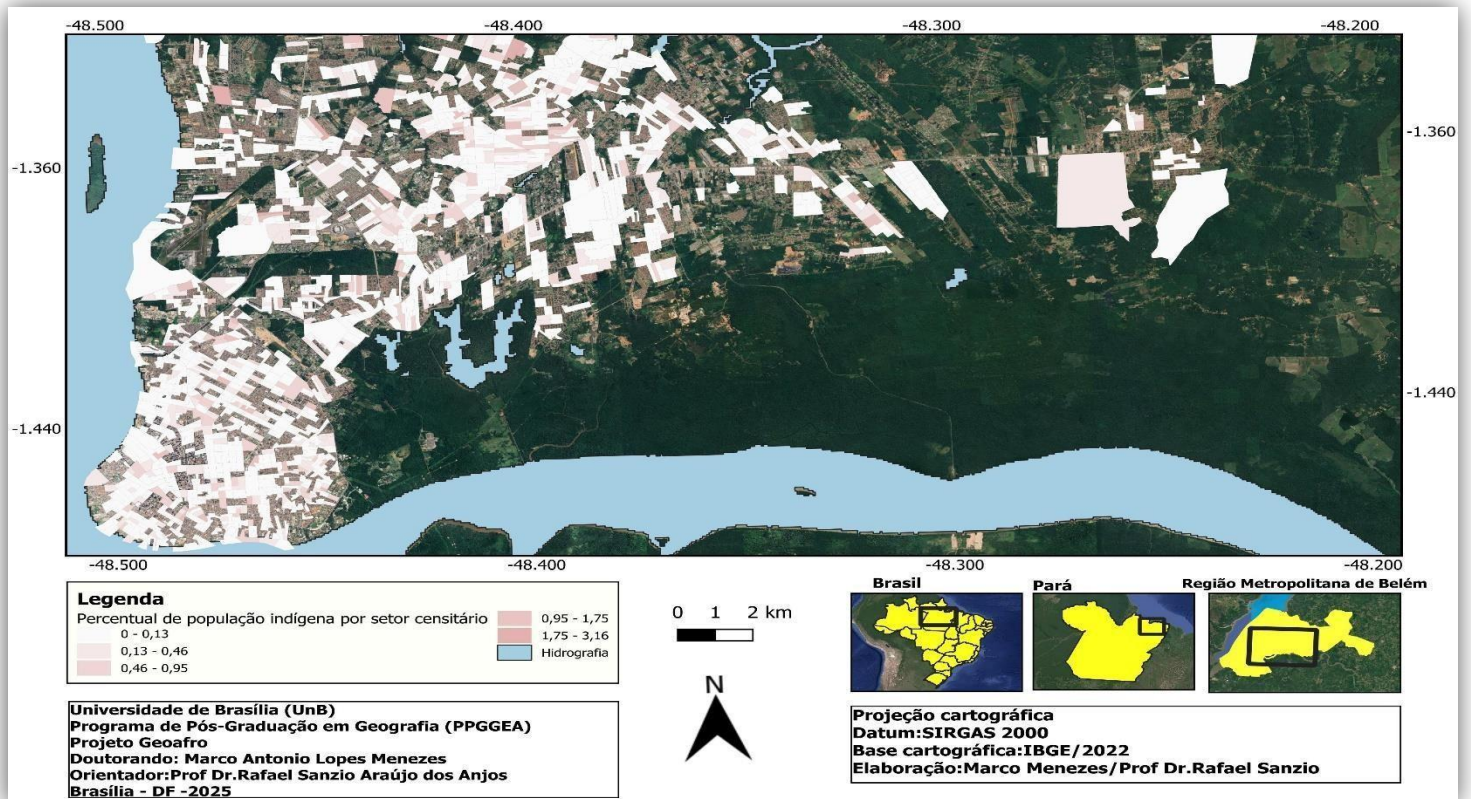


Figura 36- Percentual da população indígena por setor censitário de Belém - PA e seu entorno - Censo/2010
 Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2010**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

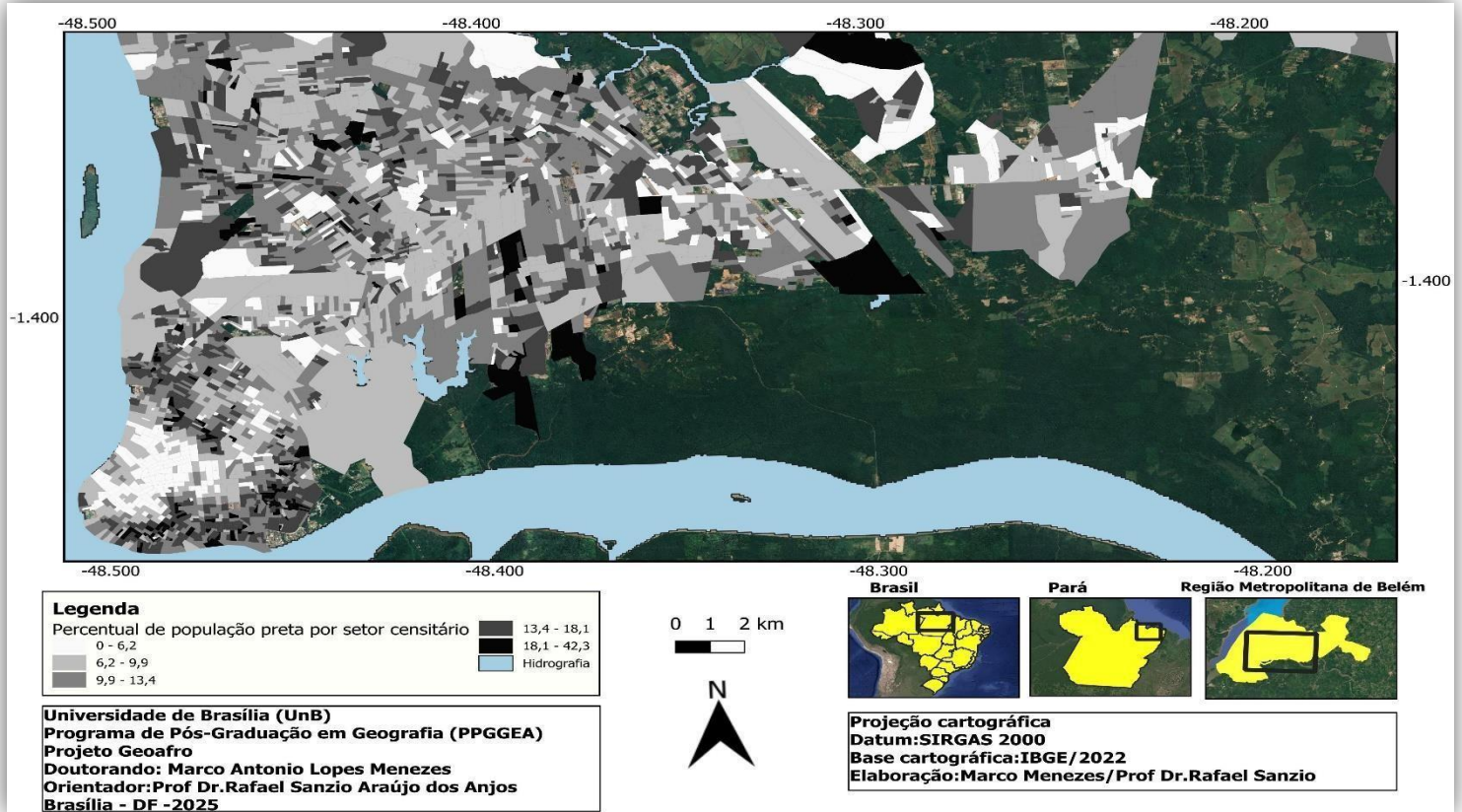


Figura 35- Percentual da população preta por setor censitário de Belém - PA e seu entorno - Censo/2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2010**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

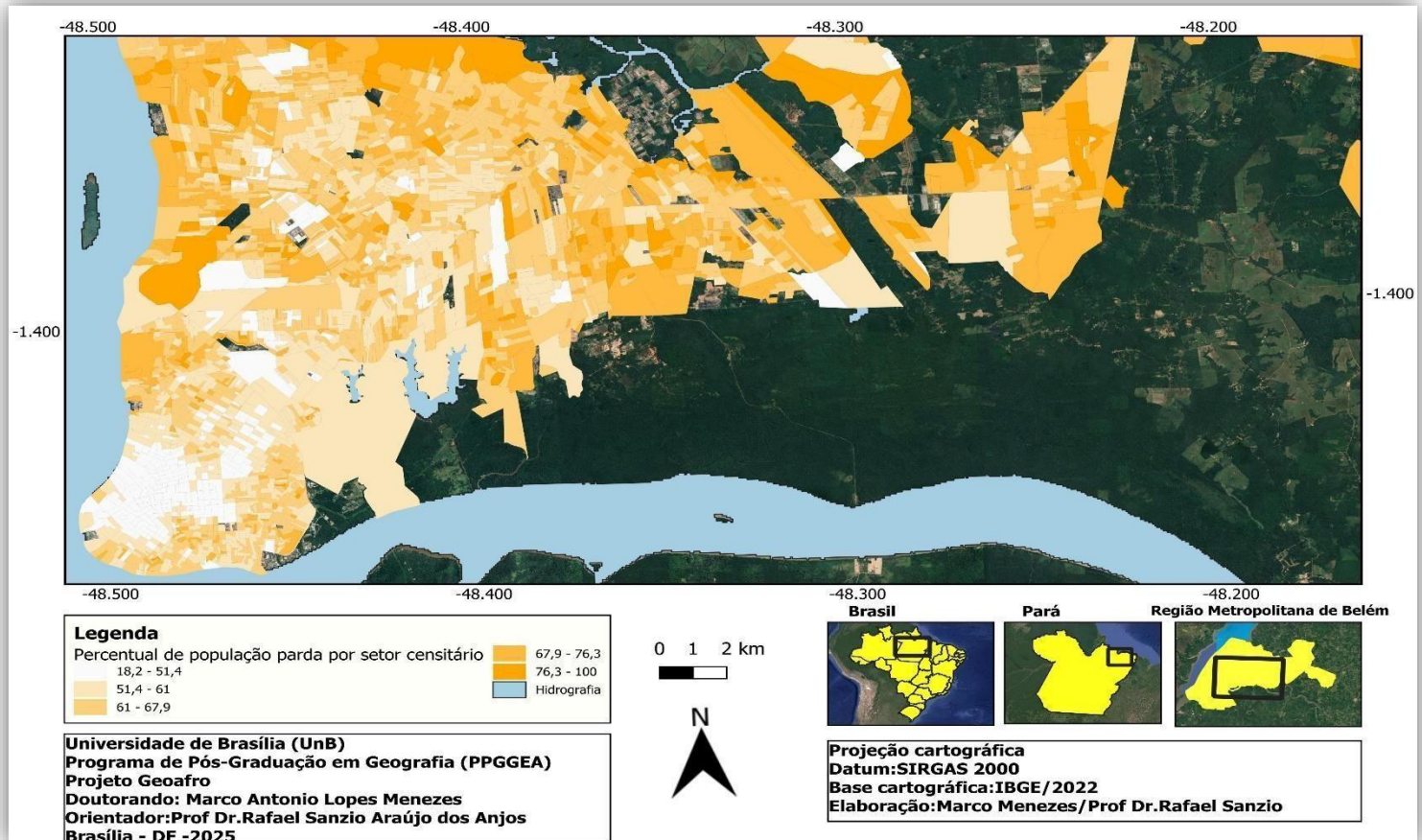


Figura 38- Percentual da população parda por setor censitário de Belém - PA - Censo/2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2022**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

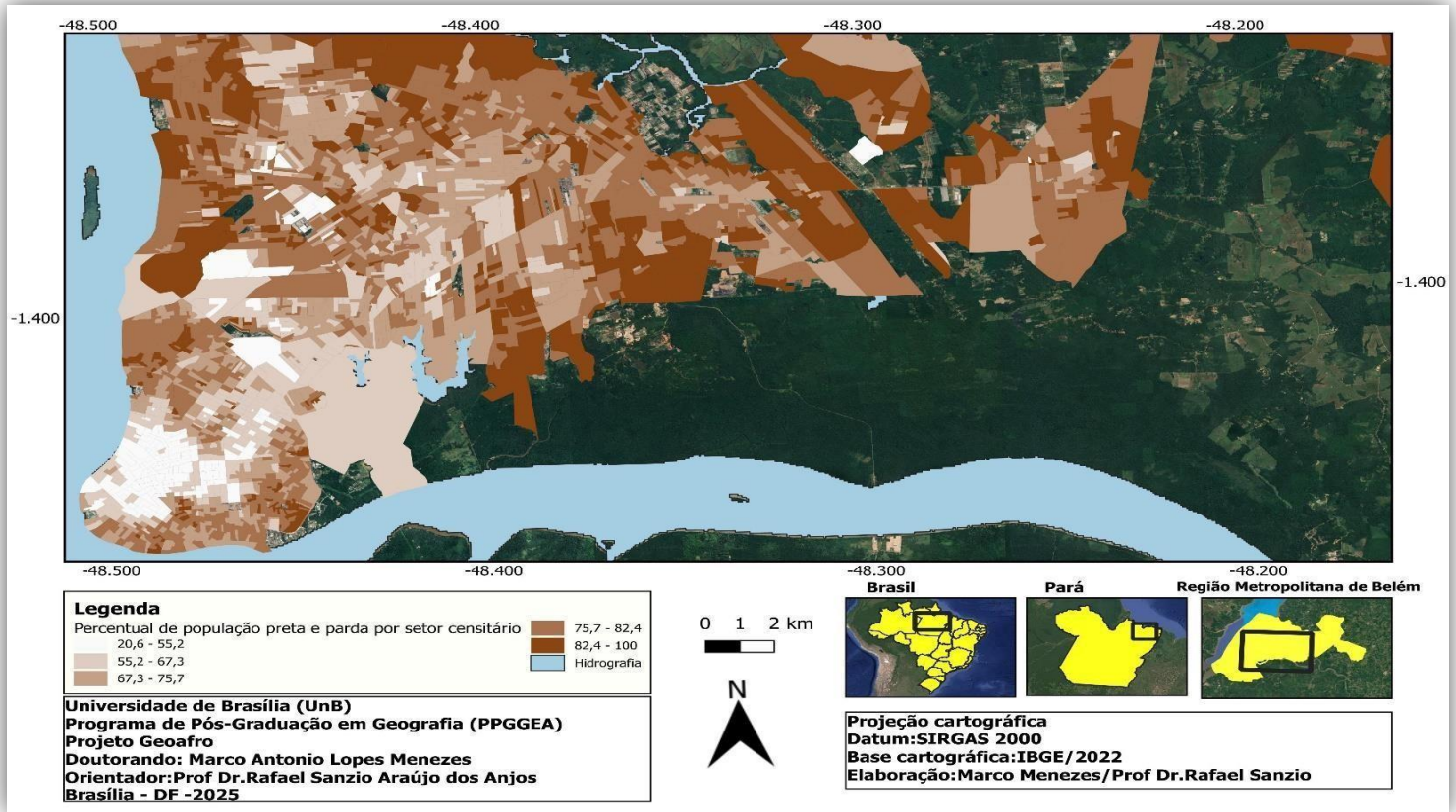


Figura 39- Percentual da população preta e parda por setor censitário de Belém - PA - Censo/2022
 Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2022**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

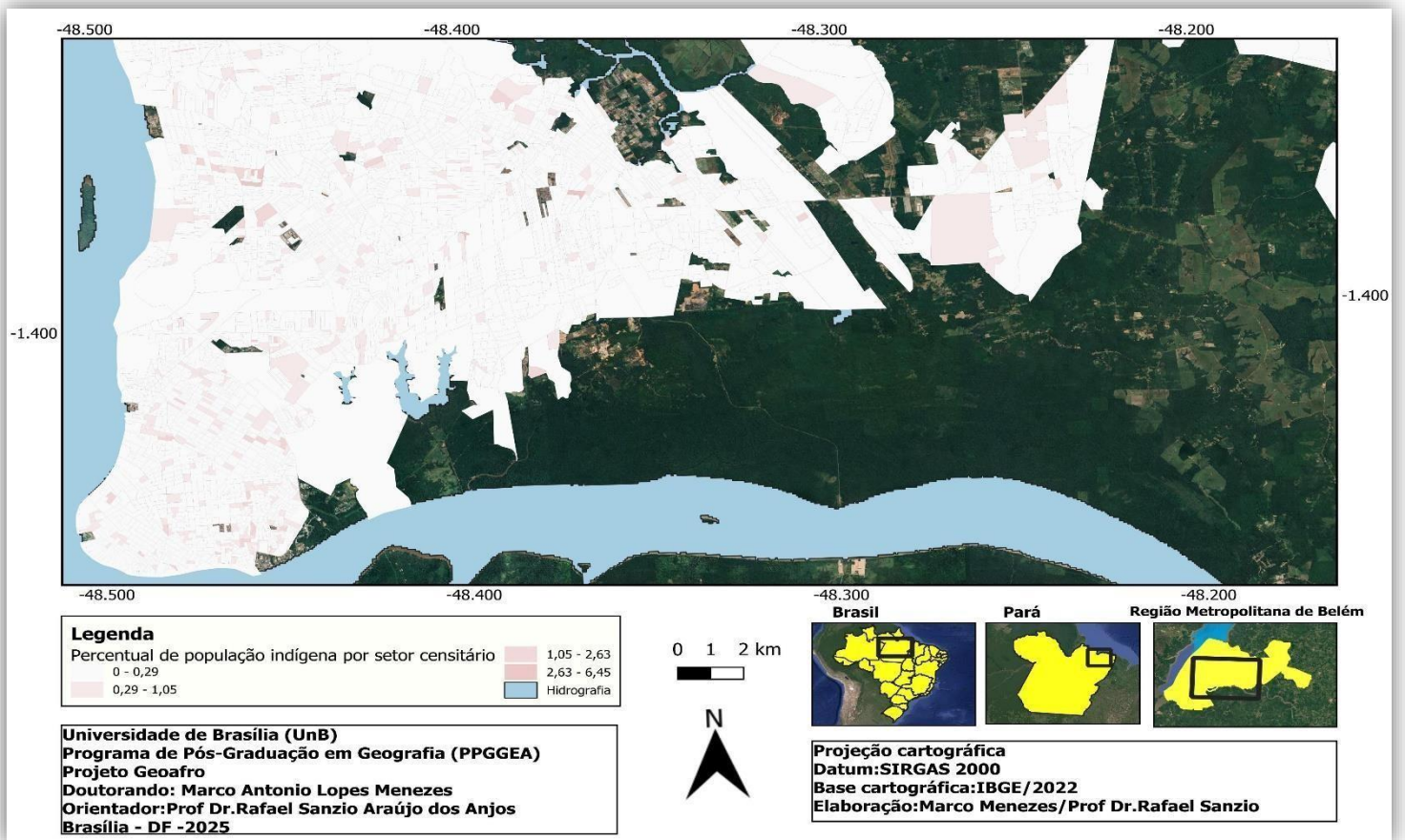


Figura 40 - Percentual da população indígena por setor censitário de Belém - PA - Censo/2022
 Fonte: Elaborado pelo autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2022**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

A Figura 37 do censo étnico-racial de 2022 revela que a população preta variou de 0% a 20% e concentra-se nas mesmas áreas de baixadas já identificadas em 1872, porém com significativa redução espacial. Enquanto no primeiro censo (1872) os pretos representavam 22,3% do centro histórico, atualmente não ultrapassam 5% nessa área enfatizando a transferência compulsória para periferias como a porção sul de Belém (áreas de baixadas), que em 2010 registrava 20,8% e em 2022 atingiu 21%, a comparação com 2010 mostra uma perda de 18,3% nos bairros centrais, confirmando processos de expulsão racial.

Nos municípios metropolitanos, destaca-se Ananindeua com setores entre 15% a 20% de população preta (áreas de baixadas), percentual similar ao de Belém em 1872. Marituba apresenta os menores índices (0% a 5%), revelando um padrão distinto de ocupação racial na Região Metropolitana de Belém.

A Figura 38 apresenta o percentual da categoria parda, que variou de 18,2% a 64,7% em 2022, mantendo trajetória oposta à histórica, se em 1872 concentrava-se no entorno do Ver-o-Peso (31%), hoje domina as periferias (64,7%), enquanto perde espaço no centro (média de 18,2%). Comparado a 2010, houve queda de 3,8% nas áreas nobres, continuando o padrão histórico de "embranquecimento" das zonas valorizadas. As áreas ribeirinhas persistem como territórios pardos, como já indicavam os registros de 1872.

Os municípios de Benevides e Marituba emergem como novos núcleos pardos (54,3% a 64,7%), superando a média histórica de Belém. Em contraste, áreas nobres de Ananindeua mantêm padrão similar ao centro de Belém em 2010 (18,2% a 54,3%). A expansão para o nordeste metropolitano segue tendência identificada já no censo de 1872.

A Figura 39 mostra a análise agregada da população negra (pretos + pardos) por setor censitário em 2022, que variou entre 63,6% a 82,7%, evidenciando que Belém tornou-se mais negra e mais segregada: se em 1872 a diferença centro-periferia era de 15%, em 2010 chegou a 31%, e em 2022 alcançou 44%. Os 82,7% atuais nas periferias contrastam com os 70% de 2010 e os 58% de 1872, evidenciando a formação de um "cinturão negro" na metrópole contemporânea.

A Figura 39 revela também a formação de um "arquipélago étnico": enquanto Belém mantém seu núcleo histórico com 63,6% a 74,5% de população negra, municípios como Santa Izabel do Pará atingem 82,7% percentual jamais registrado em 150 anos de censos. A comparação com 2010 mostra um deslocamento populacional para o eixo dos municípios de Benevides e Marituba.

A Figura 40 do censo de 2022, sobre o percentual da população indígena por setor censitário em Belém e entorno revela que os 2,63% de população indígena em 2022 (frente a 0,7% em 1872 e 3,16% em 2010) refletem tanto avanços metodológicos quanto a resistência de comunidades urbanas. As áreas com maior presença indígena em 2022 coincidem com territórios já

mapeados em 1872 como zonas de miscigenação, demonstrando continuidade histórica desses grupos na estrutura urbana.

A Figura 40 também salienta que a população indígena permanece concentrada em áreas específicas. Ananindeua destaca-se como o município de maior presença (1,05% a 2,63%), especialmente em setores próximos a igarapés e zonas de preservação ambiental. Em Marituba, os índices variam de 0,29% a 1,05%, com núcleos ao longo do igarapé do Una, enquanto Benevides apresenta os menores percentuais (0% a 0,29%), exceto em áreas adjacentes a territórios tradicionais.

Comparado a 2010, houve aumento significativo na autodeclaração indígena em Ananindeua (+ 187%), reflexo de processos migratórios e do fortalecimento identitário. Apesar disso, 78% dos setores censitários ainda registram menos de 0,29% de população indígena, indicando subnotificação persistente desses grupos em contexto metropolitano, mesmo em regiões historicamente ocupadas por comunidades caboclas e mestiças.

3- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo analisou a formação territorial histórica de Belém do Pará e de seu conjunto urbano, a partir do monitoramento das espacialidades étnico-raciais com base nos dados dos Censos do IBGE de 1872 a 2022, demonstrando como a população afroindígena estruturou padrões singulares de ocupação do território. Desde o período colonial, observa-se uma relação intrínseca da população afroindígena com a Geografia da cidade os mesmos igarapés que serviram como rotas de fuga para quilombos transformaram-se em eixos de exclusão racial nos mapas censitários contemporâneos.

O Gráfico 1 apresenta a trajetória percentual da população autodeclarada indígena em Belém, de 1872 a 2022, não reflete primariamente um crescimento demográfico, mas uma profunda transformação nos processos de identificação étnica e de captação censitária. O percentual ínfimo registrado em 1872 próximo de zero evidencia não a ausência de indígenas, mas sua invisibilidade estatística perante uma estrutura estatal.

A estagnação em patamares baixos durante a maior parte do século XX consolida essa narrativa de apagamento oficial. A virada decisiva ocorre a partir dos anos 2000, intensificando-se em 2010 e 2022, com a adoção e o refinamento do critério de autodeclaração pelo IBGE, que passou a identificar a etnia independentemente da localização, o aumento para aproximadamente 3,5% em 2022 é, portanto, a expressão estatística de um complexo fenômeno revitalização étnica.

Quanto à relevância do percentual, é fundamental considerar que, embora 3,5% possa ser considerado numericamente baixo em uma análise superficial, seu significado sociodemográfico é altamente relevante, esse patamar representa um contingente populacional absoluto significativo

em uma capital metropolitana, além de simbolizar uma mudança histórica crucial a quebra de um ciclo secular de invisibilidade e a reconquista do direito à autoidentificação. Esse crescimento percentual, concentrado em um período curto, sinaliza uma transformação social acelerada, tornando-o um indicador de extrema importância para compreender as dinâmicas étnicas contemporâneas em contextos urbanos na Amazônia. O gráfico 1 revela, assim, a reconquista de uma visibilidade histórica e o fortalecimento do autorreconhecimento indígena na capital paraense.

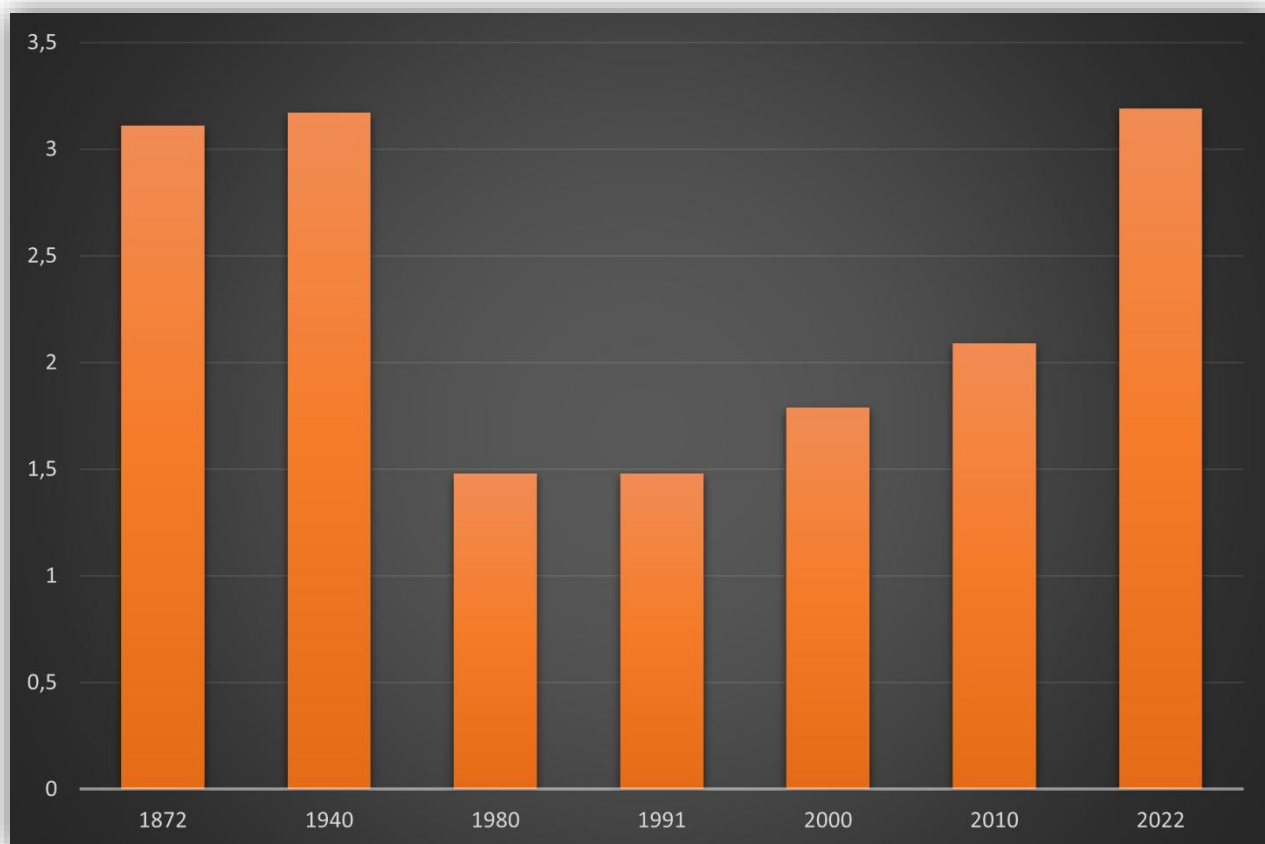


Gráfico 1 - Evolução do percentual da população indígena de Belém nos censo Étnicos- Raciais
 Fonte: Elaborado pelo autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil 1872,1940,1980,1991,2000,2010 e 2022**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

O Gráfico 2 destaca a evolução do percentual da população negra de Belém (1872-2022) revelando uma trajetória de significativa transformação na autoidentificação da população. A projeção da população negra (pardos e pretos) sobre o censo de 1872 pode ser considerada anacrônica, uma vez que a lógica classificatória imperial era distinta. Se agregados, pretos e pardos já constituíssem uma parcela majoritária ou muito significativa no período, dada a base demográfica da época.

Desse modo, a curva ascendente apresentada não indica simplesmente um crescimento populacional, mas sim um complexo processo de visibilidade estatística crescente e reafirmação identitária. Este fenômeno é resultado da conjugação de fatores como a transição metodológica do

IBGE do critério de observação para a autodeclaração, o declínio do estigma social associado à negritude e a influência de movimentos sociais que promoveram uma positiva reavaliação das identidades negras.

Portanto, o gráfico 2 espelha o reconhecimento crescente, nos registros censitários, de um perfil populacional que sempre caracterizou a sociedade belenense, mas que foi historicamente subnotificado devido a dinâmicas socioraciais específicas.

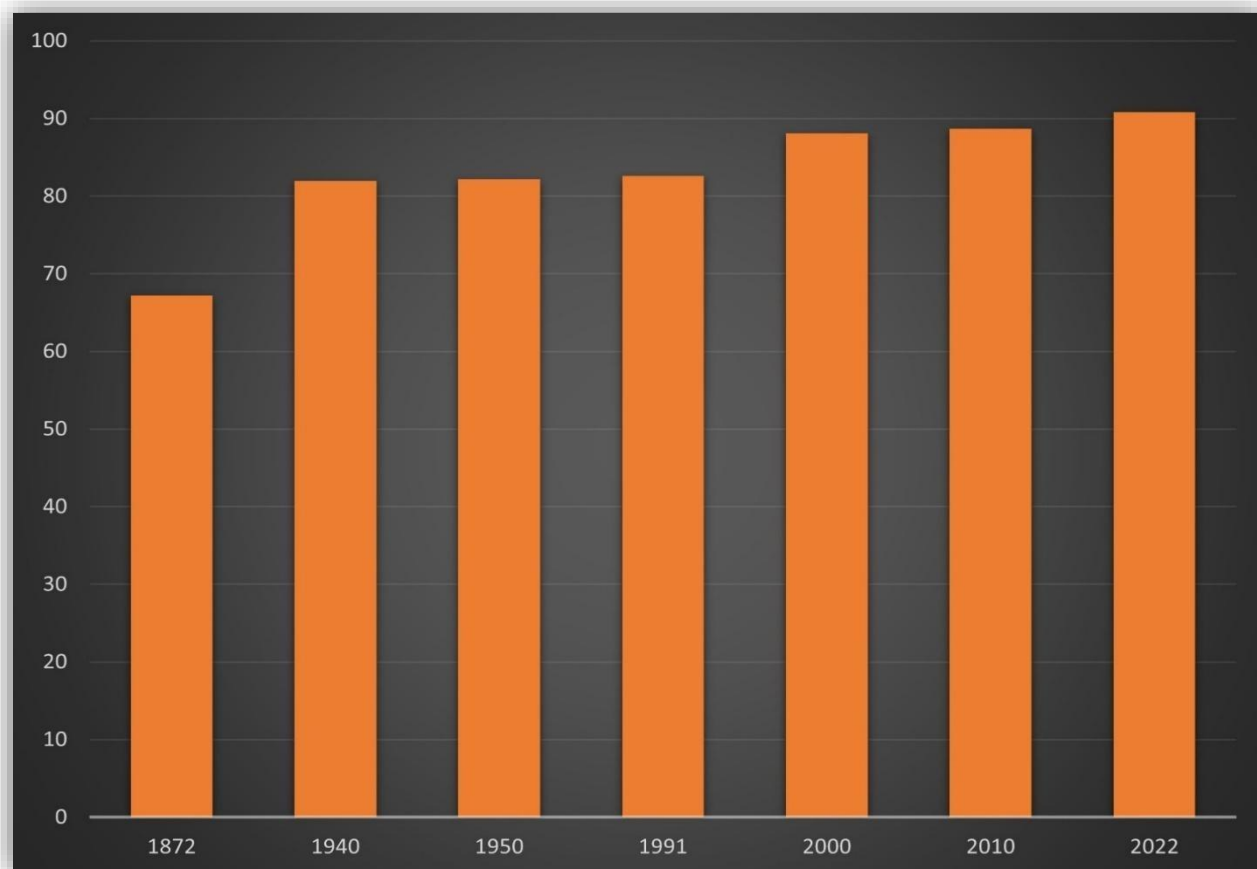


Gráfico 2 - Evolução do percentual da população negra de Belém nos censo Étnicos- Raciais

Fonte: Elaborado pelo autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil 1872,1940,1980,1991,2000,2010 e 2022**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

A negação da presença negra na Amazônia brasileira constitui como forma de desvalorização das contribuições fundamentais das populações de matriz africana e indígena na formação socioespacial da região, reduzindo sua participação a meros coadjuvantes num processo histórico protagonizado por colonizadores europeus; por outro lado, naturaliza-se a marginalização contemporânea dessas populações, como se sua condição periférica fosse resultado de contingências naturais e não de um projeto histórico de exclusão.

Essa invisibilização sistemática reproduzida nos discursos oficiais, nos currículos educacionais e até mesmo nas políticas urbanas transforma territórios negros em espaços genéricos, apagando as marcas da resistência das redes de solidariedade africana que moldaram a urbanidade amazônica,

perpetuando assim uma Geografia do esquecimento que serve aos interesses de manutenção das estruturas racistas de poder.

Este padrão não é meramente residual, mas a expressão espacial de um prolongado processo de marginalização que, ao expulsar essa população afroindígena dos núcleos centrais valorizados, paradoxalmente forjou a sua centralidade na configuração socioterritorial da região. Dessa forma, longe de ser uma minoria, a população negra (preta+ parda) é o elemento definidor da paisagem humana da Amazônia metropolitana, desmentindo narrativas de apagamento e reafirmando-se como sujeito histórico incontornável na formação do espaço urbano de Belém.

A Figura 41 apresenta uma síntese da distribuição da população negra em Belém e sua região metropolitana. Os percentuais são representados pelo tom de vermelho: quanto mais escuro, maior a concentração desse grupo populacional.

Nesse sentido, nota-se que a porção sul de Belém (1), que abrange os bairros mais nobres da cidade como Cidade Velha, Campina, Reduto, Umarizal, Nazaré, São Brás e parte do Marco, registra o menor percentual de população negra (entre 20,6% e 55,2%). Em contraste, a orla sul, que margeia o rio Guamá nos bairros do Guamá, Condor, Jurunas, Cremação, Terra Firme e Canudos, possui um percentual predominante de população negra, variando entre 67,3% e 75,7%, chegando a mais de 80% em algumas áreas, essas localidades, historicamente marginalizadas, configuram a periferia mais antiga da cidade, devido à proximidade com o centro e por estarem localizadas em baixadas às margens de canais abrigam população de menor renda.

Na porção norte de Belém (2), considerada área de expansão da cidade, predomina o percentual de população negra entre 75,7% e 82,5%. A região é formada pelos bairros do Telégrafo, Sacramento, Pedreira, Barreiro, Pratinha, Marambaia, São Clemente e Tapanã, principalmente às margens de igarapés canalizados, sendo também possível encontrar áreas com percentuais superiores a 80%.

Já na porção noroeste (3), onde estão localizados os distritos de Belém (Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro), observa-se uma significativa presença da população negra, com predomínio na faixa de 67,3% a 75,7% e significativas áreas com mais de 80 % da população.

O município de Ananindeua (4) apresenta-se como a mancha de tonalidade mais intensa no mapa, indicando percentuais entre 67,3 % a 75,7 % e frequentemente acima de 80% tanto na porção norte do município como nos bairros do Icuí Guajará, Icuí Laranjeira e Curuçamba quanto na porção sul nos bairros de Águas Lindas, Aurá e Águas Brancas. Sua posição de contiguidade imediata com a porção norte de Belém evidencia um processo de expansão metropolitana onde a população negra, pressionada pelo centro da capital, ocupou massivamente este município, que se consolidou como um dos principais vetores de crescimento populacional da região.

Esse padrão intensifica-se e reproduz-se nos municípios vizinhos de Marituba (5) e Benevides

(7), que, localizados no eixo da BR-316, também exibem tonalidades vermelhas muito escuras percentuais a cima de 80 %, reforçando a formação de um eixo de alta densidade de população negra ao norte do núcleo metropolitano.

De modo semelhante, mas em outra direção, os municípios de Santa Bárbara do Pará (6) e Santa Isabel do Pará (8), completam este cinturão periférico em torno de Belém, igualmente caracterizados por apresentarem percentuais superior aos 80% dessa população. Por fim, de forma mais desconectada espacialmente do núcleo central,

O município de Castanhal (9) surge como um polo regional mais afastado na imagem, com uma significativa concentração representada em tom vermelho médio com percentual na média de 67,3 % a 75,7%, apresenta composição demográfica similar às demais periferias metropolitanas de Belém, isso ressalta que o fenômeno da significativa presença da população negra é uma característica estruturante de toda a região, extrapolando até mesmo os limites da região metropolitana imediata.

Dessa forma, a cartografia sintetiza a profunda desigualdade socioespacial e racial que caracteriza a organização do território, onde o núcleo central histórico de Belém (1) se destaca como uma exceção de baixa concentração, circundado por um extenso anel metropolitano de predominância negra, que engloba desde os bairros periféricos da capital até os municípios do seu entorno.

Portanto, cartografia afroindígena permite ler na paisagem contemporânea os vestígios da resistência negra, convertendo-se em prova documental contra o mito da "Amazônia sem negros" e fornecendo subsídios concretos para políticas de reparação territorial. Ao georreferenciar memórias, práticas culturais e modos específicos de habitar, ela restitui à cidade sua dimensão afrodiaspórica, oferecendo contribuições contra as representações oficiais que historicamente negaram a presença negra na configuração do espaço urbano amazônico.

Com absoluta clareza, a análise comparativa através do monitoramento dos recenseamentos de 1872 a 2022 desvela que a população negra de Belém, compreendendo pretos e pardos majoritariamente descendentes das matrizes africanas e indígenas, constitui a base demográfica predominante e estruturante do território metropolitano. Esta maioria numérica, no entanto, foi historicamente confinada a uma periferia expansiva, formando um cinturão de bairros e municípios das baixadas da orla sul à porção norte da capital, e daí se estendendo para Ananindeua, Marituba, Benevides e demais localidades onde sua presença supera em muitas áreas mais de 80% da população.

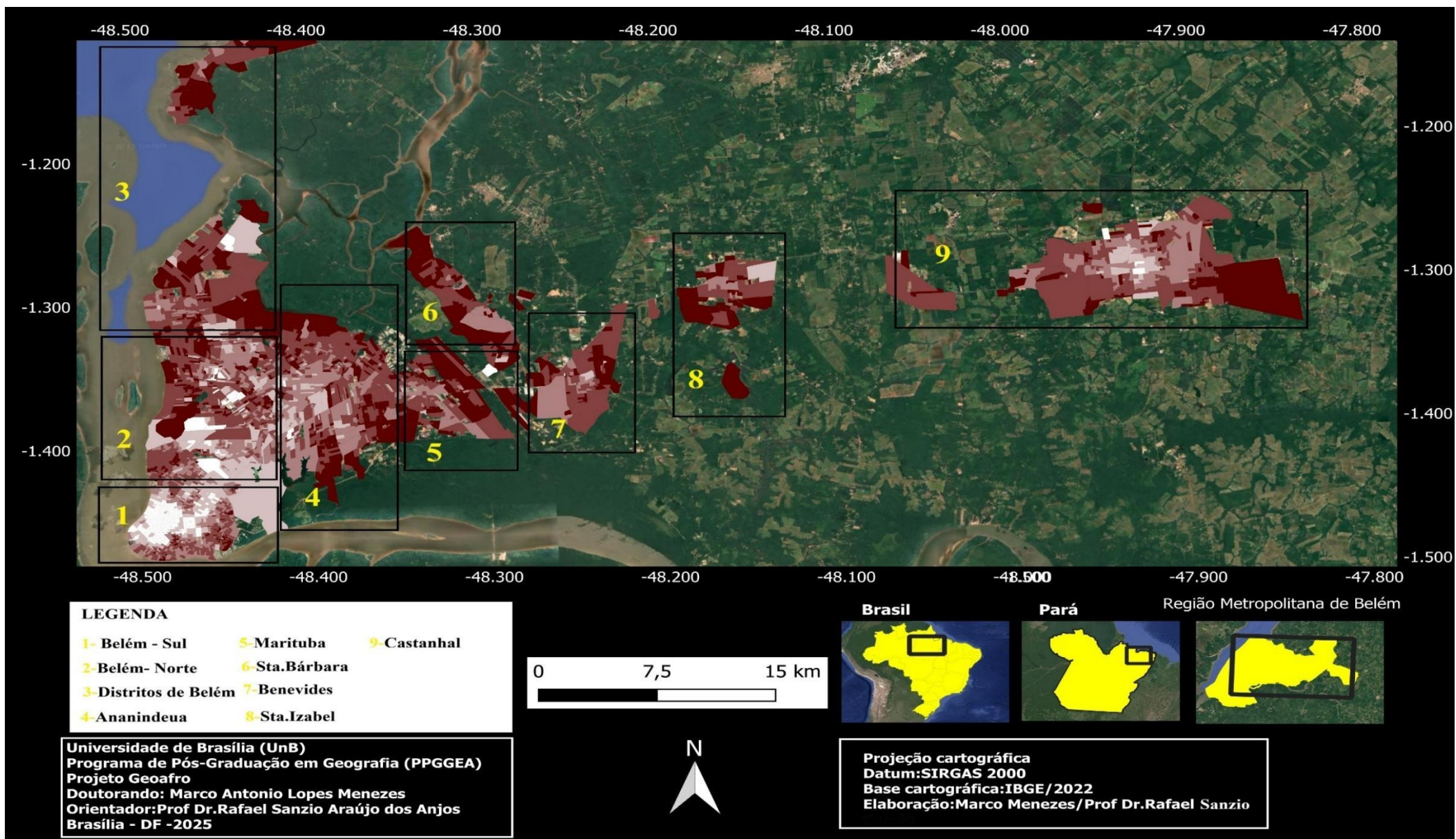


Figura 41 – Síntese da população negra de Belém e seu entorno -Censo/2022

Fonte: Elaborado pelo autores (2025), com base em: IBGE. **Censo Demográfico do Brasil – 2022**: Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

Contudo, propõe-se um conjunto articulado e multidimensional de políticas públicas que reconheça e atenda especificamente às populações de matriz africana e indígena, conformadoras da base demográfica da região. Ao poder público municipal, recomenda-se: a criação de um zoneamento especial cultural e étnico que proteja os territórios de memória e existência afro-indígena, impedindo a gentrificação e garantindo a integridade de terreiros, roçados urbanos, quintais produtivos e espaços sagrados compartilhados; a implementação urgente de políticas habitacionais com recorte étnico-racial que priorizem a moradia digna dessas populações em áreas centrais, por meio de programas de urbanização, regularização fundiária coletiva e construção de habitação de interesse social que incorpore técnicas e arranjos espaciais tradicionais; e o mapeamento, reconhecimento e titulação não apenas de territórios quilombolas urbanos, mas também de áreas de ocupação tradicional afro-indígena, assegurando a posse coletiva da terra e o acesso a políticas de infraestrutura.

Para o sistema educacional em todos os níveis, é imperativo: a revisão curricular para incluir a história e os saberes afro-amazônicos e indígenas como eixos estruturantes, destacando suas trajetórias entrelaçadas; a formação docente continuada em Geografia e História das diásporas africana na região; e a criação de materiais didáticos que utilizem a cartografia afro-indígena como ferramenta pedagógica contra o duplo apagamento, formando discentes como agentes do seu próprio mapeamento identitário.

Como políticas de reparação econômica e simbólica, defendemos a criação de um fundo municipal para empreendimentos culturais e econômicos de base afro-indígena; a digitalização e amplo acesso aos registros históricos que documentem a presença e a miscigenação africana e indígena; e a implantação do Museu da Diáspora e dos Povos Originários da Amazônia como espaço vivo de memória, pesquisa e fomento à contemporaneidade artística afro-indígena.

Para a gestão urbana e ambiental, é fundamental a incorporação dos conhecimentos tradicionais afro-indígenas em políticas de saneamento e drenagem para as baixadas, promovendo a recuperação socioambiental de igarapés urbanos com a liderança das comunidades ribeirinhas, que frequentemente carregam esse duplo legado.

Por fim, no âmbito da participação social, propõe-se a institucionalização de um Conselho Metropolitano dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Indígena, com poder deliberativo sobre políticas que impactem seus territórios. Estas propostas buscam converter o conhecimento acadêmico em instrumentos concretos de justiça espacial, garantindo que as futuras gerações possam se reconhecer na Geografia viva da cidade, materializada em sua composição territorial majoritariamente afro-indígena. Reconhecer Belém como território afro-indígena é, antes de tudo, um projeto político para o futuro urbano da Amazônia brasileira.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **África, números do tráfico atlântico**. Lilia Moritz. Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), Dicionário da Escravidão e Liberdade (São Paulo: Companhia das Letras, 2018), p. 61, 2018.
- ANJOS, R. S. A. **Geopolítica da Diáspora África – América-Brasil**. Séculos XV-XVI- XVII-XVIII-XIX. cartografia para educação 2ª edição revisada: Brasília: Mapas Editora & consultoria Ltda.,2014.
- ANJOS, R. S. A. **A espacialidade do Brasil africano, a governança secular escravocrata e as perspectivas de uma articulação antirracista para o território nacional**. Revista Da ANPEGE. <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16232>, 2022.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. **Mapa dos escravos conduzidos para a cidade de Belém do Pará no ano de 1779, vindo de Cachéu, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Parnaíba**. AHU_ACL_CU_013, Cx. 84, D. 6905
- CAMARGO, M. T. **Estatísticas e identidades: Raça nos censos brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2012.
- CARDOSO, A, S. **Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará, século XVIII**. Tese (Doutorado), UFPA ,2018.
- CRUZ, Ernesto. História de Belém v 2. **Coleção Amazônica. Série José Veríssimo**.Belém, 1973.
- D'ABBEVILLE, Father Claude. **Historia da missão dos padres Capuchinhos na Ilah do Maranhao e terras circunvizinhas**. Livraria Martins, 1945.
- DIAS, M.N. Fomento e Mercantilismo: **A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)**. Belém, UFPA, vol. 1, 1970.
- FIDANZA, F. A. **Negra em Belém. 1869**. Fotografia. Disponível em: <https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browse.tt.html>. Acesso em: 20 jun. 2025. Imagem obtida mediante download de arquivo.
- FIDANZA, F. A. **Cafuza em Belém. 1870**. Fotografia. Disponível em: <https://ifl.wissensbank.com/esearcha/browse.tt.html>. Acesso em: 20 jun. 2025. Imagem obtida mediante download de arquivo.
- GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HEMMING, John. **Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians**. Cambridge (EUA), Harvard University Press. MATTOS, Izabel Missagia, 1968.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1872**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 30/10/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1890**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 30/10/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 01/11/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1950**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 02/11/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1960**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 10/12/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 10/12/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 11/12/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 12/12/2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 12/10/2024.

- Relatório de Territórios Quilombolas do Estado do Pará*. Belém: Iterpa, 2007. 120 p.
- PETRUCCELLI, J. L. **A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- Portal projeto GeoAfro Brasil, **Espacialidade dos Quilombos no Brasil 2024-2025**. Disponível em: <https://ideageobaobasciga.unb.br:8080/geonetwork/srv/por/catalog.search?h%23/metadata/e3e0fb6a-8d40-4bv1-a5c4-362d814f6eea>
- MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1966. 214 p.
- OLIVEIRA, L. E. **Classificação racial e política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **As línguas gerais sul-americanas**. Papia, Brasília, 1996.
- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Belém: SECULT, 1994.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial, 1999**. Mapa da Cidade de Belém de 1773.
- REIS FILHO. **Prospecto da praça do Pelourinho fins do século XVIII**. Autor: Ignácio Antonio da Silva (século XVIII). 1999.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão**. 3. ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2005.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996
- SANTOS, R. E. **Movimento negro e estatística: a luta por reconhecimento nos censos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SAUNIER, C, N, M; CARDOSO, A. C. D. **Senhores das águas: quilombos da Amazônia paraense (século XIX)**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 33, p. e9, 2025.
- SILVA, M. S. **Nas Correntes do Atlântico Norte e Sul: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)**. Tese de Doutorado. Tese Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2020.
- VERGE. P. **Caboclos em Belém, 1949**. Fotografia. Disponível em <https://pierreverger.org/biblioteca-4/.Acesso> em 21/06/2025
- VERGE. P. **Estivador em Belém, 1949**. Fotografia. Disponível em <https://pierreverger.org/biblioteca-4/.Acesso> em 21/06/2025